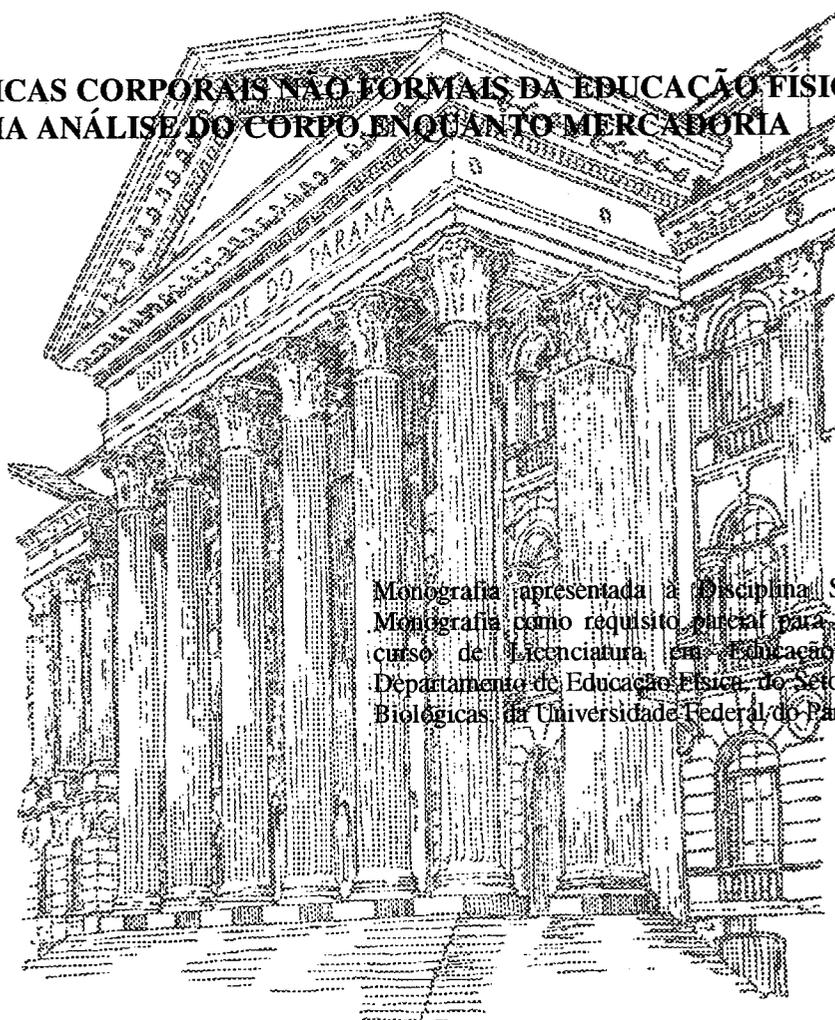


**SANDRO DUARTE DA SILVA**

**AS PRÁTICAS CORPORAIS NÃO FORMAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA:  
UMA ANÁLISE DO CORPO ENQUANTO MERCADORIA**



Monografia apresentada à disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA  
1999**

**SANDRO DUARTE DA SILVA**

**AS PRÁTICAS CORPORAIS NÃO FORMAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA:  
UMA ANÁLISE DO CORPO ENQUANTO MERCADORIA**

Monografia apresentada à Disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

**PROF. (A) ORIENTADOR (A):  
Vera Luiza Moro, MS.**

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho monográfico à alguma energia superior a mim e desconhecida, cujo poder conferiu-me força e vontade de recomeçar o estudo dessa temática, ou seja, o corpo, algo do qual em um determinado momento pensei em desistir...*

## AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu corpo por não me deixar cair, mesmo estando muito magoado com as circunstâncias que nortearam a elaboração e conclusão deste trabalho.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Vera Luiza Moro, MS. por tanta paciência e persistência em compreender a minha personalidade complicada, meu temperamento explosivo e, por fim, aos meus verdadeiros e poucos amigos que, de sua maneira, não me deixaram desistir no meio do percurso.

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Ed. Física, especialmente a Beth e a Simone por me entusiasmarem e emprestar o computador nas horas de “apuro”.

A Angélica por me auxiliar em minhas reflexões e elocubrações, sem deixar de lado o seu apoio na parte de infra-estrutura.

Ao Sidnei por tudo.

E, por fim, ao professor Rogério e ao professor Humberto pelo apoio em geral.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	4
1.3 OBJETIVOS.....	5
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	8
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DO MATERIALISMO.....	8
2.1.1 O Corpo moderno.....	9
2.1.2 O materialismo histórico e suas perspectivas histórico-filosóficas.....	10
2.1.2.1 A economia política.....	17
2.1.2.2 A mercadoria.....	20
2.1.2.3 A Alienação.....	23
2.1.2.4 O Fetiche da mercadoria (seu segredo).....	26
2.2 A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS E CONCEPÇÕES DE CORPO.....	29
2.2.1 Dualismo: um estágio metafísico-filosófico.....	29
2.2.2 O corpo teológico: alma, fé, pecado, sacralização.....	30
2.2.3 O corpo antropocêntrico: natureza, racionalidade, cientificidade.....	31
2.2.4 O corpo científico-positivista: o iluminismo, o liberalismo e a Revolução.....	33
2.3 A CULTURA CORPORAL BURGUESA.....	34
2.3.1 A Educação Física enquanto um projeto burguês de civilidade.....	34

2.3.2 Os saberes ginásticos como um conhecimento pedagógico sistematizado no âmbito da educação formal dos “filhos da pátria”.....	36
2.3.3 As condutas esportiva, higiênica, a eugenia e o sentimento nacionalista como integrante dos novos hábitos da família moderna européia.....	38
2.3.4 A extrapolação das práticas corporais da Ed. Física para o contexto não-formal e a constituição das novas categorias técnicas.....	39
2.3.5 A lógica e a organização das instituições de produção: o papel da Educação Física na preparação do corpo necessário ao capital como força humana de trabalho.....	41
<b>2.4 O CULTO AO CORPO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>43</b>
2.4.1 A corporeidade e suas concepções cultivadas no Imaginário privado e social.....	43
2.4.2 O corpo como uma dimensão do “hábitus”.....	46
2.4.3 O corpo na perspectiva do capital simbólico-econômico na condição de mercadoria....	50
<b>2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>59</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>61</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>63</b>

## RESUMO

O que se sente atualmente com relação ao corpo é uma demasiada atenção dada ao mesmo tendo em vista a posição de “status” que ocupa nos meios de comunicação através de propagandas e campanhas de marketing acompanhadas de um enorme arsenal simbólico. Essa posição privilegiada ocorre em decorrência da construção do corpo imagem que tem em vista o culto as formas apolíneas sustentadas pelo discurso médico-higienista acerca da saúde e do bem estar “holista” que contempla desde fórmulas milagrosas de combate ao esteticamente imperfeito até métodos fetichistas que compreendem práticas orientais importadas para a cultura ocidental e cujo conhecimento milenar confere à “alma” o equilíbrio e bem estar espiritual. O corpo objeto da Educação Física não foge a esta regra de mercado, pois suas práticas enquanto fundamentadas por outras ciências (principalmente as positivistas-biológicas) recebem influências que vão desde os saberes pedagógicos escolares até comportamentos esportivos adotados em academias, clubes e etc., pois os sentidos tanto de nossos “clientes” quanto de nós acadêmicos estão diretamente submetidos ao bombardeio de informações que a mídia impõe. É devido a esse fato que este trabalho de pesquisa apresenta-se com base em fontes bibliográficas apenas onde a discussão insere-se no âmbito sócio-filosófico da cultura corporal propondo-se a compreender as práticas corporais não-formais da Educação Física como mercadoria à partir de uma visão materialista-histórica da sociedade utilizando as categorias econômicas de análise expressas em *O Capital*, mostrando a Educação Física não-formal enquanto coadjuvante no processo de mercadorização do corpo e cujas funções ultrapassam para além da força de trabalho, assumindo também o neo-higienismo e a estética como um bem simbólico para o mesmo. Com base nesses pressupostos o entendimento acerca das práticas corporais não-formais da Educação Física enquanto mercadoria torna-se explícito visto que o emaranhado de fatos que levam o corpo a uma conotação de objeto consumível revela-se extremamente fatigante e complexa do ponto de vista sócio-filosófico –para o estudo dessa temática há a possibilidade de outras leituras que não apenas marxianas tendo também a postura ideológica de alguns de nossos autores com diferentes visões acerca da corporeidade-, razão pela qual se mostra como reflexão tão repugnada e negada tanto por docentes como por acadêmicos em formação no âmbito da investigação erudita.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo ELIAS (1994) nota-se na história do ocidente que os modelos de pensamento utilizados pelo Imaginário Social ou universo mental coletivo que constituem os paradigmas acerca da corporeidade são, primordialmente, modos de explicação extraídos das ciências puras ou aplicadas e cujas bases remetem ao corpo ou, o ser humano como indivíduo, numa concepção biológica ou metafísica e que, de alguma forma direta ou indireta, determinará as formas mercadorizadas do corpo que constituirão-se a partir de modelo voltados ora para o desempenho no trabalho, ora na sua exploração enquanto imagem explorada através dos meios de comunicação onde a Educação Física não-formal atuará enquanto co-adjuvante nesse processo.

As concepções de corpo e as roupagens as quais submete-se ligam-se diretamente a quatro fatos marcantes na história do ocidente e cuja soma adquirir-se-á um corpo mercadoria vinculado as questões do modo de produção capitalista segundo uma análise marxiana, ou seja, numa visão histórico-materialista. Esses fatos constituem estágios civilizatórios adquiridos em função de sentidos de corpo como: metafísico-filosófico, religioso-teocêntrico, antropocêntrico e científico-positivista acompanhado pelo grande marco histórico do ocidente, ou seja, a Revolução Industrial, onde faz-se presente a Educação Física estruturada a cumprir com uma série de funções nacionalistas e principalmente voltados ao aspecto econômico.

Nessa perspectiva vê-se que as questões da força de trabalho voltadas ao corpo e analisadas pelo materialismo histórico em **O Capital**, a partir dos anos vinte adquirem uma roupagem nova, ou seja, inicia-se o culto ao corpo expressa pelos modelos, imagens,

comportamentos, tornando-o um verdadeiro capital simbólico-econômico, adquirindo posição de “status” e iniciando a chamada “Corpolatria”.

Identificar a Educação Física e a sua prática corporal não-formal como mercadoria e uma das condicionantes, por mais mínima que seja a sua parcela de contribuição, do sistema capitalista. Compreender o discurso das ciências naturais como hegemônico para as ações do campo de conhecimento biológico da área buscando um aprofundamento nas raízes européias de sua concepção enquanto disciplina à partir do século XVIII e ferramenta ideológica das condutas de classe burguesa.

Quais as causas que a levam vender as suas práticas corporais não-formais com bem de mercado e cuja relação “ oferta/procura ” desgasta e enfraquece o conceito pedagógico e emancipador de se educar o corpo dentro de uma perspectiva da corporeidade do ser humano, ou seja, a adoção de uma prática pedagógica com viés nos conceitos de sensação e percepção inicialmente formuladas por Heidegger e Merleau Ponty, ou seja, o tipo de influência que o “culto ao corpo imagem” incute até mesmo no universo escolar - meio pelo qual a Educação do comportamento motor se deu primeiramente com o uso da ginástica enquanto conhecimento sistematizado pela elite burguesa na forma de padronizar os gestos dos componentes da nova família moderna.

Os problemas levantados por mim vão de encontro com a preocupação em apontar as causas e os discursos com relação ao corpo e que o levam a ser alvo de uma mídia que constrói um “ideal” imagético e cujos valores disseminados caminham em sentido contrário aos paradigmas oferecidos pelas Ciências Naturais na sua conceituação, definição e pesquisa acerca do sensível e perceptível do ser humano em evidência com seu corpo na sociedade “global”, ou como preferem chamar muitos autores “Pós-Moderna”.

Segundo SOARES(1994) a direção dada à forma de se educar o corpo não merece elogios por parte da sociedade, principalmente pelo meio acadêmico que insiste em delegar para o primeiro plano uma conceituação biológica a respeito do corpo, somente. A Educação Física precisa ser compreendida de modo mais abrangente e rigoroso para que não seja reprodutora de momentos históricos valendo-se, apenas, de nova roupagem. A questão que, tanto eu coloco como muito autores o fazem é a seguinte; se os apelos da mídia às fórmulas frenéticas de “cuidar do corpo” hoje não denotam a nova roupagem de um higienismo e eugenismo pós-moderno?

A questão a ser analisada por mim não limita-se mais ao corpo enquanto construído para fornecer sua força de trabalho ao capital, mais também a elaboração de um “ideal imagético” de consumo acerca do corpo para que este mantenha-se em constante adaptação as exigências da lógica capitalista ocidental cuja base de sustentação se dá pelos ideários hedonistas, neoindividualistas e simbólicos.

Vejo por parte do meio acadêmico um certo receio ou talvez resistência em abordar em suas discussões temas como este talvez pela falta de oportunidade, embasamento teórico ou consideração devaneísta colocando que a esta discussão cabe ao papel de filósofos e sociólogos. É devido a esse fato que a minha ansiedade reside em até que ponto essa cultura corporal global em constante promoção não venha de forma negativa a afetar no comportamento corporal de escolares, sejam eles de qualquer classe social, deturpando conceitos e passando uma falsa imagem de emancipação acerca das expressões sexuais, de gênero, de violência, de classes e etc. ...

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Este projeto de pesquisa constitui-se, à partir de uma análise sócio-filosófica da bibliografia, os instrumentos que auxiliarão na constatação da realidade social em procurar compreender o fenômeno que cerca a área da Educação Física não-formal cujas práticas corporais tornam-se mercadoria.

Como bem retrata a dialética materialista, cuja matriz teórica fundamenta o tema deste projeto, a formação da consciência é baseada em referências materiais, ou seja, os meios de produção, o mercado e o consumo. Da mesma maneira as condicionantes que conduzem ao atuar da Educação Física não-formal constituem-se em referências materiais, o que acabam tornando as suas propostas questões que só atendam ao interesse elitista, onde o surgimento de um paradigma emergente de cunho das Ciências Humanas estende-se ao segundo plano em detrimento dos moldes positivistas das Ciências Naturais ao se produzir conhecimento acadêmico.

Nossa área necessita de estudos que comprovem mais a questão levantada por esse projeto e possa com isso contribuir para uma avanço da questão pedagógica dentro da Educação Física e seu campo de conhecimento visto que cada vez mais a mesma vem entregando o seu discurso à uma suposta necessidade de mercado colocando em segundo plano a questão da formação humana.

Na minha visão de mundo e sociedade à Educação Física caberia o papel de promover, somente através de práticas corporais, expressões e bens culturais seja através da dança, do jogo, do esporte, da ginástica e etc. Visto que a ausência dessa prática reflexiva se faz presente por parte dos profissionais da área, muitos deles os quais servem ao discurso elitista que parece nesse fim de século coordenar as ações da Educação Física e sua formação, faz

necessário uma tomada de decisões que primordialmente devam ocorrer no âmbito da sociologia, da filosofia e outras áreas de conhecimento. Apesar de estarmos presenciando um enorme avanço no campo das telecomunicações e na medicina o corpo e as atenções voltadas para si não estão se extinguindo, pelo contrário, a ele é dado cada vez mais atenção e evidência por parte da produção cultural que a humanidade vem constituindo, seja ela artística, religiosa, científica e filosófica. É nessa perspectiva que a Educação Física deve respaldar-se e posicionar-se no sentido da defesa de um homem não apenas saudável porém harmônico consigo e com o mundo.

### 1.3 OBJETIVOS

O corpo constitui-se em um projeto cultural e histórico que remonta ao tempo dos gregos (berço da cultura ocidental), passa pelos teóricos medievais (o corpo morada da alma), chega aos filósofos modernos e ainda é discutido pela contemporaneidade pelo viés da corporeidade. É nessa perspectiva que esse trabalho procurará compreender as várias concepções de corpo segundo o pensamento marxiano o que foram se formando dentro da história da sociedade ocidental no decorrer dos momentos transitórios dos modos de produção e cujo conhecimento que se constituiu sendo ele clássico, teológico ou científico, compuseram todo um saber relacionado à Cultura Corporal, bem como buscar compreender também, analisando na antiguidade clássica as raízes do pensamento dualista, desmistificando o cerne das concepções científicas modernas, ou seja, suas matrizes teóricas, cuja teoria natural a Educação Física relaciona-se de maneira hegemônica dando ao corpo um conceito material no âmbito da biologia, constitui-se na ferramenta necessária a compreensão dos papéis que o mesmo desempenha dentro da sociedade capitalista (MATURANA, Apud GONSALVES, 1997).

As bases teóricas somadas à uma comparação da literatura auxiliarão na busca de um melhor entendimento ao relacionar o surgimento da Ciência Moderna de cunho psico-físico, da Educação Física enquanto disciplina e da Revolução Industrial - auge do capitalismo- onde, o acontecimento concomitantemente desses três fatos históricos europeus trazem, ao corpo explicado biologicamente pela burguesia do século XIX, uma conotação de “objeto de consumo” e fonte de lucro necessários ao capital quando vende sua força de trabalho ou veicula o consumo alimentar, estético, higiênico, edumentário e etc.

Ao se realizar uma pesquisa essencialmente bibliográfica de opção pelo método qualitativo onde o objeto seja a Educação Física e suas práticas corporais dentro do âmbito não-formal, o materialismo dialético caracteriza-se, dentro dessa abordagem, como uma das mais eficazes matrizes teóricas encontradas por mim ao se retratar as ações do corpo à partir do modo de produção capitalista e sua relação direta com o consumo de um corpo fabricado pela burguesia européia do final do século XIX.

Visto que dentro da perspectiva materialista as práticas e ações desempenhadas pelo corpo vão de encontro aos interesses do capital, ou seja, de um tipo de cultura hedonística de consumo, quais as causas que levaram a esse fenômeno onde nem a Educação Física e o seu discurso pedagogista deixam de participar? Seriam apenas as práticas corporais não-formais as únicas à colaborar com a engrenagem da dinâmica do capitalismo? Há a possibilidade de que um equilíbrio entre o conhecimento biológico e humano contribuam para um avanço na área e a tornem mais compromissada com a questão da corporalidade como objetivo máximo do seu educar do que apenas vender o seu estilo corporal segundo um comportamento da malhação, da edumentária da moda e do modo de vida saudável à partir de única e exclusivamente exercitar-se durante a vida?

É dentro dessa ótica que procurarei provocar uma discussão sobre o corpo imagem comercializado a partir das determinações sociais presentes na sociedade capitalista e que

inferem no discurso da saúde cujas relações com as práticas corporais não-formais da Educação Física contemplam desde ao desejo do “corpo estético” até o comportamento esportivo cujos ideais implicam na aquisição de edumentárias adequadas e frequência ativa nas academias de ginástica (realidade vivida pelos indivíduos economicamente ativos).

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DO MATERIALISMO

Em geral, a perspectiva materialista na filosofia surgiu da necessidade de afirmar o espírito positivo ou científico contra a mentalidade alienada por forças e motivos religiosos ou metafísicos (MARX, 1994).

É nessa perspectiva que pretendo fazer uma leitura do corpo enquanto mercadoria à partir do materialismo histórico por compreender que essa concepção traz conceitos importantes para desenvolver o tema proposto por esse estudo monográfico, principalmente acerca dos usos econômicos do corpo que se fazem presentes no contexto da sociedade capitalista, contudo reforçado mais ainda a partir do surgimento da industrialização urbana européia e, coincidentemente, da Educação Física enquanto disciplina de saber pedagógico sistematizado acerca da ginástica e suas categorias técnicas.

Partirei do materialismo histórico por esse trazer conceitos - principalmente acerca da política econômica capitalista, da mercadoria, da alienação e do fetiche da mercadoria descritos nos manuscritos econômico-filosóficos, dentre o principal, **O Capital**, que auxiliarão na análise, elaboração, e descrição dos caminhos que levam o corpo moderno a uma conotação de mercadoria para além da força humana de trabalho nas perspectivas do século XX, ou seja, a questão estética permeada por um enorme arsenal simbólico vinculado pela mídia e reforçado por uma Educação Física já extrapolada do âmbito formal.

Para isso, há a necessidade de fazer uma explicitação acerca do materialismo histórico e suas perspectivas histórico-filosóficas nos quais se conformam a sua forma de análise da sociedade do trabalho, concomitantemente as categorias econômicas de análise abordadas em

*O Capital*, dentre elas algumas que julgo como sendo as principais e as mais importantes para este momento. Não obstante a isso há de se considerar a possibilidade de outras leituras acerca das questões do corpo não só marxianas, porém de vários outros autores que se fazem presentes no campo da sociologia, filosofia, e áreas afins ligadas com a Educação Física e seus pressupostos histórico-filosóficos.

### 2.1.1 O Corpo Moderno

Ao final do milênio cristão e do século de Freud o corpo continua oculto e em mistério. Um ponto de interrogação paira sobre todas as questões acerca da corporeidade, considerada importante nas discussões da Educação Física. Apesar da áspera controvérsia pública e do acalorado debate privado nós ainda continuamos sem respostas. Na verdade, mal começamos a formular as questões de maneira mais precisa.

Foram muitas as escolas de psicologia moderna, cujas raízes estão plantadas no final do século XIX, que atingiram o seu ponto culminante no ecletismo dos anos sessenta, período em que se promoveu a fusão entre teorias e práticas muito diversas, desde a análise verbal freudiana até a manipulação corporal reichiana.

Desde o encontro entre o hinduísmo asiático com a ciência positivista ocidental, as atenções dadas ao corpo extrapolam as questões de força de trabalho na análise marxiana das leis que regem o modo de produção capitalista levantada em “*O Capital*”. Nos últimos anos as teorias acerca do corpo marcadas pela visão psicanalítica, foucaultiana, heiddegeriana e pontyana tem permanecido num estado de confusão. O ativismo específico, de uma só questão, se transformou em fanatismo, tanto na esquerda como na direita. A questão erótica, pornográfica, espiritual e estética tornou-se dominante e ideológica. A principal ruptura

conceitual dos anos sessenta foi o movimento romântico de volta a natureza. A visão ingênua da natureza foi excessivamente marcada pela benevolência rousseauista. Cresceu-se a crença comportamentista de que a natureza das manifestações corporais não existe, ou seja, uma ruptura semelhante a qual fez Marx em relação ao mecanicismo feuerbachiano, porém de que tudo advém de um condicionamento social, ou seja, do modo com a sociedade organiza-se economicamente para a aquisição de seus bens necessários, utilizando-se do corpo como força de trabalho, mercadorizando-o e constituindo um verdadeiro movimento dialético entre matéria e consciência, onde a luta entre as classes faz-se permear como eixo norteador da transição entre os modos de produção.

O fundamentalismo judaico-cristão e seus argumentos morais perdem o espaço e a força nas manifestações acerca da cultura corporal, ou seja, suas categorias e áreas. Longe da intenção de se empregar a discussão do corpo uma linguagem construcionista, a de se destacar que o seu uso social e privado como objeto de grande atenção da indústria de consumo, configura na modernidade a chamada “Corpolatria”, cujo culto as formas e ao ideal imagético não se encontram mais em contradição com a alma.

Atualmente o investimento corporal caracteriza um hábito de maior busca nas sociedades urbano-industriais, cultivado no Imaginário privado e social e cuja dinâmica expressa o comportamento individualista urbano, advento do capitalismo ou, mais precisamente, sociedade globalizada.

### 2.1.2 O Materialismo Histórico e suas perspectivas histórico-filosóficas

Segundo MARX (1994) a riqueza da sociedade em que predomina o modo de produção capitalista aparece como um enorme acúmulo de mercadorias. Daí surge a primeira

questão: o que é a mercadoria na qualidade de forma elementar da produção capitalista. Marx adota a teoria do valor, desenvolvida pelos clássicos, pela qual o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, mas o faz integrando-a num contexto diferente, onde a dialética hegeliana, funcionando de ponta-cabeça, deve conduzir a trama das categorias. Dessa perspectiva, a mercadoria é vista como uma contradição que, ao mesmo tempo, se apresenta como um objeto útil, um valor de uso, e como um objeto útil para outrem, a saber, um valor de troca. Graças ao desenvolvimento dessa contradição, Marx pode explicar o dinheiro como uma mercadoria que passa a ocupar uma posição muito especial dentro do sistema de troca: a ele todas as mercadorias se referem para encontrar a expressão de seu valor.

De acordo com MARX (1994) problema maior é compreender a natureza do capital, isto é, de uma soma de dinheiro (ou de mercadoria) que passa a ter naturalmente a propriedade de engendrar dinheiro. Donde provém, por exemplo, a riqueza que garante a uma pessoa, cujo dinheiro está no banco, receber juros depois de um determinado prazo. Nas condições mais simples, o dinheiro serve para facilitar as relações de troca ou pagar dívidas, sendo pois uma espécie de intermediário entre valores previamente determinados. Se as trocas movimentam valores equivalentes, se, além disso, o salário representa uma troca entre o produtor e o trabalhador, o valor de um produto final seria determinado pelo tempo socialmente necessário gasto em sua produção, isto é, por todos os tempos de trabalho que progressivamente foram-se acumulando nele, desde o momento em que começou a ser trabalhado até a sua chegada ao consumo.

Nessas condições, se não houver logro nas trocas e a produção consistir tão-somente numa adição de valores ao objeto, como alguém pode receber mais dinheiro do que investiu na produção desse objeto. Para resolver essa questão, Marx recorre ao duplo caráter do trabalho produtor de mercadoria. Em sua forma mais simples, o trabalhador produz uma utilidade, um

valor de uso; não produz, porém, para si, mas para outrem, que por sua vez deve ter disponível outra utilidade com a qual trocará o resultado de seu trabalho. Se, todavia, não encontrar quem troque com ele o objeto produzido, simplesmente perde seu tempo e o produto apodrece em casa. Isso mostra que, do ponto de vista do sistema, não importa o trabalho concreto, de lavrador ou de artesão, mas unicamente trabalho sem qualidades específicas, abstrato, aquele de que a sociedade como um todo precisa para produzir os objetos de que seus membros necessitam. Acresce ainda que, no mercado, se encontram uma mercadoria muito especial, a força de trabalho, que, como valor de troca, tem seu valor determinado pelo tempo socialmente necessário para a sua reprodução, mas como valor de uso só pode exercer-se concretamente, como trabalho de lavrador, artesão e assim por diante. E os produtos são também produtos muito concretos, que, todavia, caem nas mãos de quem comprou e pôs em exercício essa força de trabalho. Vendendo os produtos, esse proprietário da força de trabalho recebe, de um lado, uma quantia igual à que investiu anteriormente; de outro, uma mais-valia, um excedente que provém do resultado do trabalho concreto gerido por ele. Daí a definição do capital como a propriedade que garante ao capitalista explorar trabalho alheio (MARX, 1994).

Se, de fato, o capital se apresenta como uma coisa que cresce por si mesma, no fundo se resume em uma relação social de espoliação. Todo o sistema capitalista fica, assim, orientado para a exploração da mais-valia: se produz utilidades, o faz de modo indireto, pois lhe interessa apenas o valor de troca. Um modo simples de obter mais-valia é prolongar a jornada de trabalho, procedimento, contudo, que logo encontra seus limites físicos, o dia de 24 horas e o desgaste natural do trabalhador. Meio mais eficaz é aumentar a produtividade do trabalho, fazendo com que, no mesmo tempo, mais objetos sejam produzidos. Por causa disso o modo de produção capitalista, dependendo essencialmente de uma tecnologia, desenvolve a ciência e a técnica, propicia um tremendo desenvolvimento das forças produtivas, o qual liberta

o homem do jugo da natureza e cria, em seu próprio seio, as condições de mudança das próprias relações sociais de produção que o definem (MARX, 1994).

O primeiro volume de *O Capital* teve também uma divulgação cheia de dificuldades. O mundo acadêmico por muito tempo o ignorou, embora os grupos políticos logo começassem a estudá-lo. Já em 1872 saiu a primeira tradução na Rússia, seguindo-se a tradução francesa.

A leitura dos manuscritos econômico-filosóficos de Marx no período em que desenvolve as teses sobre as concepções materialistas da história na qual irá, a partir de então, analisar as forças materiais que governam o mundo, exige uma verdadeira ruptura com o senso comum, visto que torna-se árduo a compreensão de como os conceitos marxistas não se confirmam de imediato; que a lei do valor, por exemplo, não se verifica na superfície dos fenômenos econômicos, mas serve de ponto de partida de um tecido de categorias que, além de caminhar do abstrato para o concreto, vai da profundidade das estruturas para a superfície das aparências (MARX, 1994).

Marx propõe uma ciência de modo de produção particular, datado que, contudo, possui a virtude de destruir as formas produtivas anteriores e de incluir, como seus momentos, certos caracteres fundamentais dessas formas antigas. Durante séculos, no interior de quadros institucionais diferentes, os homens produziram basicamente para seu próprio consumo e de seus chefes; apenas os excedentes eram lançados no mercado. Aos poucos, todavia, amplia-se o sistema de trocas, que invade esses modos de produção semi-naturais, até o momento em que logra subordinar toda a produção ao seu domínio. Produz-se então essencialmente para a troca. Mas com isso se quebra a naturalidade do homem, que fica prestes a aceder a um outro tipo de história, em que seria dono de seu próprio destino (MARX, 1994).

Além das dificuldades com o método e a história, a leitura de *O Capital* defronta-se com as limitações de uma publicação inacabada. Num segundo momento o processo capitalista

em sua totalidade, a transformação do valor em preço, da mais-valia em lucro, juros e renda da terra completam-se por ENGELS apud MARX (1994) a partir dos manuscritos deixados por Marx, cuja verificabilidade não pode ser discutida nos termos de uma lógica indutiva ou dedutiva.

Os desdobramentos marxistas mais importantes não ultrapassam o campo da economia, do pensamento político e das relações histórico-sociais que se convergem na forma da luta entre as classes e a transição dos modos de produção, todos cerceados pelo método dialético.

Analisando a teoria marxista ou doutrina econômica como uma matriz teórica, cujo conteúdo expressa a compreensão da sociedade capitalista a partir das relações de trabalho, vemos que os rumos tomados dentro da história são tidos à partir das condições materiais da sociedade de classes e de que a relação entre opressores e oprimidos é que delineiam a forma com que o homem venha a produzir os bens necessários para a sua sobrevivência, produção de cultura e riquezas (VÁZQUEZ, 1990).

A partir do método dialético a história revela-se, sob o ponto de vista do materialismo histórico, como uma eterna luta entre classes e que, numa relação dialética entre as Idéias e a Infra Estrutura, mostra-se como eixo norteador para a ocorrência das mudanças dos modos de se produzir (MARX, 1994).

De acordo com o materialismo histórico e tendo em vista já a sua superação e ruptura com o Idealismo hegeliano e o mecanicismo feuerbachiano, a cultura está incorporada na super estrutura da sociedade e é um mero reflexo da ideologia dominante (burguesa). A cultura, segundo MARX (1994) é determinada pelo modo de produção que é o meio pelo qual a sociedade se organiza para adquirir os bens necessários à sua sobrevivência retirando da natureza tudo aquilo que lhe convenha. Enfocando mais a sua teoria ao corpo vemos que a cultura corporal não determina os fatos e sim é determinada pelo modo de produção

capitalista, ou seja, o discurso natural ao qual a burguesia tenta incutir para explicar os papéis distintos entre o corpo que fabrica e o corpo que assiste não passam de aparelho ideológico enquanto responsável pela ordem e bom funcionamento da sociedade.

É nessa perspectiva que Marx aponta o produto do trabalho, ou seja, a mercadoria como forma mais elementar da política econômica capitalista, como vinculada a essência do homem.

Segundo a ideologia dominante como aponta COSTA(1989), as manifestações culturais, cultura de movimentos ou corporalidade devem submeter-se aos ditames da técnica fundamentados no conhecimento positivista. A área não-formal da Educação Física dentro dessa perspectiva incorpora posições e discursos falsos que, na verdade, atendem à objetivos comerciais, institucionais, ideológicos e pessoais.

Dentro do contexto da estruturação do pensamento cartesiano no séc. XVII, onde a racionalidade opera com sucesso na sociedade européia, o homem torna-se alvo de seu próprio saber e cria uma série de outros saberes, conceitos e teorias dualistas para tentar explicar a si e ao seu meio surgindo então uma verdadeira carga verborrágica das várias áreas de conhecimento que vão se formando dentro das lógicas da ciência, ou seja, seu caráter bio-psico-social. De acordo com COSTA (1989) o discurso instrumentalista de Descartes opera dentro da construção do Método onde há a separação do mesmo com o objeto dando a Ciência Moderna um caráter reducionista e coisificador da natureza submetida a análise. A quantificação da realidade concomitantemente a disseminação do dualismo psico-físico transcorre com sucesso em um contexto de surto europeu do método científico.

Á partir dessa nova abordagem de homem no mundo com respaldo na ciência e mais precisamente no seu corpo, os rumos tomados pelo pensamento direcionam a realidade humana dentro de uma perspectiva da causalidade, ou seja, a ciência positivista toma como

forma de explicação dos acontecimentos os seus antecedentes causais criando no observador a característica de um criativo intelectual cujo objetivo se dá através da quantificação dos objetos inseridos na realidade traduzida como natural e imutável. O corpo despojado e espontâneo e cuja ação dominava a produção total dos bens de consumo, irá caminhar para a necessidade de um controle de seu comportamento sendo pois educado a moralizar-se, higienizar-se e acima de tudo promover a melhoria de sua “linhagem”, ou seja, a eugenia da raça.

Segundo SOARES (1992) encarando-se a Educação Física enquanto prática pedagógica e produto de uma modernidade que viria a apoderar-se do liberalismo econômico e formar a sociedade do trabalho e da produção material em massa, a mesma torna-se uma condicionante fácil das bases teóricas do paradigma biológico hegemônico formando-se um homem dividido, explicado, fragmentado e preparado para dar conta de mover as engrenagens do capital.

Dentro dessa lógica a Educação Física, suas ações no mercado de trabalho não-formal e suas práticas corporais acompanhadas do discurso da saúde e de uma contemplação corporal de caráter ingenuamente holista vem tomando a conotação de mercadoria a ser consumida por uma minoria da sociedade, cujo poder de aquisição e de compra consegue dar conta da descarga de novidades que o mercado lança e promove através da mídia (BRACHT, 1995). Segundo COSTA (1989) o discurso ideológico dominante operado pela burguesia capitalista – detentora dos meios de produção – preocupa-se mais com a promoção das atividades corporais do que com a participação da população européia à partir do movimento “ Trim ” ( Esporte para todos ).

### 2.1.2.1 A economia política

De acordo com MARX (1994), ao abordar-se a economia política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da população, a exportação e importação, a produção e o consumo anais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em economia, por exemplo, começar-se ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido, se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o estado, vários estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados

e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto por que é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que HEGEL apud MARX (1994) caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é se não a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado (MARX, 1994).

Segundo MARX (1994) como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo um modo de ser antediluviano. Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior -, cujo resultado é o mundo, e isto é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de

fato um produto do pensar, do conceber, não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição.

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que tem umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde a série do desenvolvimento histórico. Não se trata das relações que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão “na idéia” (PROUDHON) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.

O conceito de riqueza nacional se insinua entre os economistas do século XVII – a representação subsiste ainda em parte nos do século XVIII – desta forma: a riqueza é criada unicamente para o estado, e o poder deste mede-se por esta riqueza. Esta era a forma inconscientemente hipócrita em que a riqueza anuncia sua própria produção com a finalidade dos estados modernos, considerados a partir de então unicamente como meio para a produção da riqueza (MARX, 1994).

### 2.1.2.2 A Mercadoria

Segundo MARX (1994) a mercadoria pode ser expressada basicamente por duas coisas: o valor-de-uso e o valor-de-troca. A riqueza das sociedades onde rege o sistema capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar desse riqueza. Por isso, a investigação de Marx começa com sua análise: *A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz* (MARX, 1994, p. 41).

A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado a redução) do valor de uso a trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor de troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual, é o resultado crítico final de mais de século e meio de pesquisas da economia política clássica. Ela, que começa na Inglaterra, com WILLIAM PETTY, e na França, com BOISGILLEBERT, termina com RICARDO na Inglaterra e SISMONDI na França (MARX, 1994).

De acordo com MARX (1994) a primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como o seu modo de ser elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso* e *valor de troca*.

Em primeiro lugar a mercadoria é, na expressão dos economistas ingleses, “uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável para a vida”, objeto de necessidades humanas, meio de vida no sentido mais amplo da palavra. Esse modo de ser da mercadoria como valor de uso coincide com sua existência natural palpável. O valor de uso só tem valor para o uso, e se

efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ser utilizado de modos diversos. Contudo, a soma de suas possíveis utilidades está resumida em seu modo de existência como coisa com propriedades determinadas. Além disso, o valor de uso é determinado não só qualitativa como quantitativamente. Segundo sua propriedade natural, diversos valores de uso possuem medidas diferentes, como fanga de trigo, resma de papel, vara de tecido (MARX, 1994).

Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso formam sempre o seu conteúdo que é, inicialmente, indiferente a essa forma. É possível comprovar pelo sabor do trigo que o cultivo, servo russo, camponês parcelário francês ou capitalista inglês. Ainda que seja objeto de necessidades sociais, e estar, por isso, em contexto social, o valor de uso contudo não expressa nenhuma relação social de produção. Tomemos uma mercadoria, um diamante, por exemplo como valor de uso. No diamante não se pode notar que ele é uma mercadoria. Onde quer que sirva como valor de uso, no colo de uma dama, onde tem uma finalidade estética, na mão de um cortador de vidro, desempenhando uma função técnica, é sempre diamante e não mercadoria. Ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso em sua indiferença frente a determinação econômica formal, isto é, valor de uso em si mesmo, fica além do campo de investigação da economia política. Apenas entre em seu círculo quando é determinação formal. O valor de uso é diretamente a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada – *o valor de troca* (MARX, 1994).

MARX (1994) aponta que o valor de troca aparece primeiramente como *relação quantitativa* em que valores de uso são trocáveis entre si. Em tal relação formam eles a mesma grandeza de troca. Assim é possível que um volume de Propércio e oito onças de rapé sejam o mesmo valor de troca, apesar dos valores de uso incompatíveis do tabaco e da elegia. Como

valor de troca, um valor de uso é exatamente tanto valor quanto o outro, bastando apenas estar à mão na porção certa. Totalmente indiferente portanto, ao seu modo natural de existência, e sem consideração à natureza específica da necessidade para a qual são valores de uso, as mercadorias cobrem-se umas às outras em quantidades determinadas, substituem-se entre si na troca, valem como equivalentes e, apesar de sua aparência variegada, apresentam a mesma unidade.

Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente, estes meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado de força humana vital gasta, *trabalho objetivado*. Como encarnação do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. É preciso agora considerar o caráter determinado desta unidade, isto é, do trabalho que se apresenta no valor de troca. De fato, o que concretamente aparece como diversidade de valores de uso aparece em processo como diversidade da atividade que produz os valores de uso. Sendo indiferente frente à matéria particular dos valores de uso, o trabalho que põe o valor de troca é, por isso, indiferente frente à forma particular do próprio trabalho. Diversos valores de uso são além disso produtos da atividade de indivíduos distintos, portanto resultado de trabalho individualmente diferentes. Mas, como valores de troca, apresentam trabalho igual, sem diferenças, isto é, trabalho em que a individualidade dos trabalhadores se extinguiu. Trabalho que põe valor de troca é, por isso, trabalho abstratamente geral (MARX, 1994).

Segundo MARX (1994) para a compreensão da determinação do valor de troca por tempo de trabalho, é preciso manter os seguintes pontos de vista principais: a redução do trabalho a trabalho simples, trabalho sem qualidade, por assim dizer; o modo específico em que o trabalho que põe valor de troca, portanto, trabalho que produz mercadorias, é trabalho social; finalmente, a diferença entre o trabalho enquanto resulte em valores de troca. Para medir os valores de trocas das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos

trabalhos devem estar reduzidos a trabalhos sem diferenças, uniforme, simples; em breve, o trabalho que é qualitativamente o mesmo e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente.

No mundo das mercadorias, é pressuposta uma divisão desenvolvida do trabalho, ou melhor, ela se apresenta imediatamente na multiplicidade dos valores de uso que se defrontam como mercadorias particulares, nas quais estão contidos igualmente modos de trabalho variados. A *divisão do trabalho*, como totalidade de todos os modos de ocupação produtivos particulares, é a figura global do trabalho social considerado do ponto de vista material, como trabalho produtor de valores de uso. Todavia, do ponto de vista das mercadorias e dentro do processo de troca, existe como tal apenas em seu resultado, na particularização das próprias mercadorias (MARX, 1994).

A troca das mercadorias é o processo no qual o metabolismo social, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados é, ao mesmo tempo, a geração da relação de produções sociais determinadas que os indivíduos contraem neste metabolismo. As relações recíprocas das mercadorias em processo se cristalizam como determinações diferenciadas do equivalente geral e assim o processo de troca é simultaneamente processo de formação de dinheiro. A totalidade desse processo, que se apresenta com o decorrer de processos distintos, é a circulação (MARX, 1994).

### 2.1.2.3 A Alienação

Segundo MARX (1994) a alienação aparece tanto no fato de que meu meio de vida é do outro, que meu desejo é a posse inacessível do outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa e que, finalmente (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano. A destinação da riqueza

esbanjadora, inativa e entregue ao gozo, cujo beneficiário atua, de um lado, como um indivíduo somente instável, que desperdiça suas energias, que considera o trabalho escravo alheio – o suor sangrento dos homens – como presa de seus apetites e que, por isso, considera o próprio homem (e com isso a si próprio) como um ser sacrificado e nulo (o desprezo do homem aparece, assim, em parte como arrogância, como esbanjamento daquilo que poderia prolongar centenas de vidas humanas, e em parte como a infame ilusão de que seu desperdício desenfreado e incessante, seu consumo improdutivo condicionam o trabalho e, por isso, a subsistência dos demais), esta destinação encara a efetivação das forças humanas essenciais apenas como efetivação de sua não-essência, de seus humores, de seus caprichos arbitrários e bizarros. Esta riqueza que, no entanto, por outro lado, se considera a si mesma como um puro meio, uma coisa digna só de aniquilação, que é ao mesmo tempo escrava e senhor, generosa e mesquinha, caprichosa, vaidosa, petulante, refinada, culta e engenhosa, esta riqueza não experimentou ainda em si mesma a riqueza como um poder totalmente estranho; ela vê apenas o seu próprio poder e não a riqueza, mas sim o gozo, é seu objetivo final.

(...) e com a brilhante ilusão sobre a essência da riqueza, tornada cega pela aparência sensível, defronta-se o industrial laborioso, sóbrio, prosaico, econômico, esclarecido sobre a essência da riqueza que, assim como cri para sua ânsia de gozo um círculo mais amplo, ao lisonjeá-lo com suas produções – seus produtos são igualmente cumprimentos abjetos aos apetites do esbanjador -, também sabe apropriar-se, do único modo útil, do poder que escapa àquele (MARX, 1994).

De acordo com MARX (1994) gozo é subordinado ao capital e o indivíduo que goza é subordinado àquele que capitaliza, enquanto antes sucedia o contrário. A diminuição dos juros não é assim um sintoma da superação do capital senão na medida em que é um sintoma do término de sua dominação, um sintoma da alienação que se acaba e que acelera a sua superação. Esse é o único modo pelo qual o existente comprova o seu contrário. A querela dos

economistas sobre o luxo e a poupança é, portanto, apenas uma querela daquela parte da economia política que compreendeu a essência da riqueza com aquela outra que é ainda prisioneira de recordações românticas e antiindustriais. Nenhuma das duas partes sabe, no entanto, reduzir o objeto da disputa à sua expressão simples e, conseqüentemente, nunca chegarão a um acordo mútuo.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. Ou, posto que o trabalho não é senão uma expressão da atividade humana no interior da alienação, da exteriorização da vida como alienação da vida, assim também a divisão do trabalho nada mais é do que o pôr alienado, alheado da atividade humana enquanto atividade genérica real ou como atividade do homem enquanto ser genérico. A respeito da essência da divisão do trabalho – que naturalmente teria que ser como o motor principal da produção da riqueza -, tão logo se reconhece o trabalho como a essência da propriedade privada – isto é, a respeito dessa figura alienada e alheada da atividade humana como atividade genérica, os economistas são muito obscuros e contraditórios (MARX, 1994).

Toda a economia política moderna está de acordo, no entanto, em que divisão do trabalho e riqueza da produção, divisão do trabalho e acumulação do capital se condicionam reciprocamente, assim como no fato de que só a propriedade privada liberada, entregue a si mesma, pode produzir a mais útil e a mais ampla divisão do trabalho manifestada pela atividade humana reduzida ao movimento mecânico e onde as propriedades materiais dos objetos fazem a concentração do capital (MARX, 1994).

#### 2.1.2.4 O fetiche da mercadoria: seu segredo

De acordo com MARX (1994) à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor-de-uso, nada há de misterioso nela, quer a observemos sob o aspecto de que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as idéias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria.

O caráter misterioso da mercadoria não provém de seu valor-de-uso, nem tão pouco dos fatores determinantes do valor. E, para isso, há motivos. Primeiro, por mais que difiram os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos, etc. do homem. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho. O tempo de trabalho que custa produzir os meios de subsistência interessou, necessariamente, aos homens, em todas as épocas, embora em grau variável com o estágio do desenvolvimento. Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social (MARX, 1994).

Segundo MARX (1994) o caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém. Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais ou propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos dos trabalhos se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como sensação subjetiva desse nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. Há uma relação física entre coisas físicas. Mas, a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer a região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano, parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Marx chama a isto de

fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1994).

É nesse contexto que MARX (1994) aponta esse fetichismo do mundo das mercadorias decorrente conforme demonstra a análise precedente do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. Nessa perspectiva formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias. Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo sortilégio e magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estas as formas de mercadoria, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção.

A política monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor-de-troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho. Sendo o valor de troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma conotação de câmbio (MARX, 1994).

De acordo com MARX (1994) a forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa, razão porque surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e características de atualmente. Pela mesma razão parece ainda relativamente fácil penetrar em seus atributos fetichistas. Nas formas mais desenvolvidas se desvanece essa aparência de simplicidade

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS E CONCEPÇÕES DE CORPO NA CULTURA OCIDENTAL: DUALISMO, SACRALIZAÇÃO, CIENTIFICISMO, PRODUÇÃO E OBJETO.

### 2.2.1 Dualismo: um estado metafísico-filosófico

Segundo WERNECK (1997) é a partir das considerações platônico-aristotélicas, que observa-se a visão dicotômica como um princípio básico, gerando a separação entre corpo e alma, entre o trabalho manual e intelectual, entre a teoria e prática. De acordo com essa noção de natureza hierárquica, esses pólos não são separados, mas há submissão entre um e outro, gerando o uso social, político e econômico do corpo.

Segundo AQUINO (1989) a questão dualista e de origem clássica, enquanto produto das idéias platônicas e arrematada pela lógica aristotélica, encorpora-se ao pensamento europeu medieval, ou seja, idade média, alimentando a base material e ideológica do cristianismo após a decadência do modo de produção escravista do ocidente. A estruturação se dá continuamente desde então, dando suportes à ideologia dominante, reforçando o caráter da submissão e a dicotomização das relações de poder entre dominantes e dominados, detentores dos meios de produção e servos da gleba. Portanto, é nessa perspectiva que *“a filosofia grega foi se perpetuando ao longo dos séculos, mas, à partir do período medieval, assume novos significados, que passam a corresponder às perspectivas cristãs. Nesse sentido, o jogo de poder que manipula os sentidos de corpo alcança outras dimensões”* (WERNECK, 1997, p.303).

A lógica aristotélica constituída a partir do pensamento de Aristóteles assume na história a condição do pensamento primeiro e sistematizador das ciências colocando o objeto e o sujeito em situações distintas dentro da natureza. Segundo AQUINO (1989) a Lógica aristotélica retratava o raciocínio dedutivo que provinha das “idéias” onde o raciocínio mental organizava-

se à partir de uma ordem de pensamento fazendo representações da realidade apreendida. Essa realidade operava segundo a causalidade dos fatos, ou seja, o mundo físico ordenava-se por quatro causas: formal, material, eficiente e final.

### 2.2.2 O corpo teológico: alma, fé, pecado e sacralização

*“Sou uma pessoa, rezaria esse esquema básico numa forma simples e tenho um corpo”*

(ELIAS,1994)

Sua relação com a razão chega na idade média em seu apogeu, ou seja, século XIII com a chamada “Suma Teológica” tomista, onde lançam-se as bases para as concepções humanistas e uma nova estrutura mental a ser adotada pelo ocidente europeu à partir do século XV (SALINAS, 1988). *“Com isso, verifico que, do cristianismo propagado pela filosofia agostiniana, herdamos principalmente a noção de corpo como fonte de pecado, causa de todos os males e da decadência humana. Essa idéia teve seus primeiros fundamentos em Platão e percorreu toda a Idade Média”* (WERNECK, 1997, p.304). Nessa perspectiva a ascendência da cultura ideacional cristã remete o corpo ao conhecimento teocêntrico como morada da alma.

Segundo ELIAS (1994) a imagem do homem, sem chegar a ser questionado esteve pressuposta nesse debate filosófico sem a menor dúvida se mostrou diferente da que desempenhara seu papel na discussão entre os grandes filósofos escolásticos. Mas também lhe deu prosseguimento, sob uma forma mais ou menos secularizada e sendo concebida ora em relação a Deus, ora isolada de Deus, ela mostrou descender de um ancestral eclesiástico. A idéia da dualidade entre corpo e alma fornecera as pessoas, anteriormente, um arcabouço

intelectual para que se compreendessem e vivia agora em um cantinho especial, ao lado de questões do outro mundo concernentes às relações invisíveis e não-observáveis, tais como o destino das pessoas e das coisas. Transformou-se então, juntamente com as questões desse mundo sobre a natureza de nosso conhecimento dos objetos visíveis e observáveis, na idéia de uma dualidade entre corpo e mente, razão, consciência ou seja lá que nome se lhe dê.

Segundo SALLES (1997) a razão transforma o corpo. Os gestos espontâneos são substituídos pelo “hábitos” e as maneiras enquanto que as emoções e os sentimentos são substituídos pelo pensamento racional, ou seja, o corpo ao longo do processo civilizatório vai adequando-se as funções sociais básicas que se constituem à partir da função higiênica, passando pela econômica. Segundo WERNECK (1997) no início da modernidade, há a tentativa de ruptura com os valores que se vinham perpetuando desde a Antigüidade clássica. A idade moderna assistiu ao triunfo da racionalidade, respaldada pelo conhecimento científico. Com a quebra da relação razão-fé, o conhecimento contemplativo, fundamentado na filosofia clássica, cedeu lugar a um outro tipo de saber. A ascensão de nossa atual era de corporatria foi precedida pelo florescimento de um estágio idealístico que também contribuiu com a construção da corporeidade no ocidente.

### 2.2.3 O corpo antropocêntrico: natureza, racionalidade e cientificidade

A renascença européia do século XV, veio de encontro ao interesse em libertar o homem que, até então, havia se refugiado no mundo das idéias, estando camuflado o verdadeiro significado do movimento que na realidade se baseava no aspecto econômico e de interesse burguês instaurando o discurso individualista e dissolvendo o corporativismo medieval. Cria-se à partir desse contexto o ambiente que condicionará a nova estrutura mental e comportamental

do ocidente europeu e que, à partir da evolução da Ciência Moderna, levará o homem a uma nova concepção de corpo como objeto alvo dos paradigmas da ciência natural, ou seja, um corpo não mais concebido de acordo com as considerações metafísicas nem teológicas, porém racionalizado e instrumentalizado, tendo a física clássica como modelo pré-definido e eleito pela ciência. A Europa estava encaminhada à partir de um surto positivista proveniente do “Racionalismo Cartesiano” (SOARES, 1992).

De acordo com o pensamento cartesiano, há total autonomia do pensamento e a razão é a única condição necessária para encontrar a verdade. Nesse sentido, a dúvida é o ponto de partida para a reconstrução do saber. O corpo, contudo, não tem nenhuma participação nesse processo de dúvida, mas essa anulação da matéria não impede que o pensamento seja conhecido com toda a certeza. Para Descartes, o corpo não tem qualquer relação com o processo de construção do conhecimento. O racionalismo cartesiano concebe o conhecimento como procedente de princípios postulados, à priori, no intelecto. É nessa perspectiva que:

*“Na posição cartesiana, o movimento e a extensão material são suficientes para explicar tudo a que se refere ao mundo corporal, mas não são válidos para explicar o que acontece no mundo intelectual. O conhecimento racional, no entanto, foi visto por Hobbes como necessário na construção da ciência, pois, para ele, o raciocínio depende de nomes, os quais, por sua vez, dependem da imaginação. Esta, contudo, dependem dos órgãos corporais. A sensação, portanto, representa o pressuposto básico na teoria hobbesiana” (WERNECK, 1997, p.307).*

Sendo assim, o estágio de cognição racional no desenvolvimento da ciência confere aos saberes acerca do corpo uma forma empiricista, racionalista, sensorialista ou positivista (ELIAS, 1994).

#### 2.2.4 O corpo científico: o Iluminismo e as Revoluções

Segundo AGUIAR (1997) do período que compreende a Inquisição até o paradigma newton-cartesiano permanecem as dualidades que inferem no discurso sobre o corpo, pois o pensamento do homem continua advindo de sua condição etérea, ou seja, corpo e alma. Dentro do processo civilizatório do corpo o auto-controle exige-se enquanto maneira de se adequar as funções sociais sendo o pensamento racional uma ferramenta de interferência na divisão do trabalho e do gesto. No ocidente a preservação da lógica capitalista e a concepção de corpo mercadoria atendem as exigências de produtividade, progresso e regulação das emoções (SALLES, 1997).

Esses princípios básicos delineados no gestar da Modernidade reforçaram ainda mais a concepção de corpo como esfera apenas biofísica, visão que se vem perpetuando ao longo da nossa história, culturalmente legitimada pelo senso comum. Com isso, o corpo é destituído de significados socioculturais e fica passível de ser subjugado pelo jogo de poder/saber predominante em cada contexto histórico. Essas reflexões indicam que, apesar de suas particularidades os princípios de instrumentalização e mecanização do corpo legitimado pelo conceito biológico como a única leitura possível de sentido de corpo, é a sua instrumentalização, princípio básico para a constituição do sentido de corpo coisificado, arquitetado e construído por diferentes projetos econômicos do modo de produção burguês (capitalista).

A respeito do “Espírito capitalista”, WEBER apud CORREIA(1998), aponta para a consideração de um possível conjunto de representações religiosas dos protestantes, que giravam em torno da determinação divina da vocação humana para o trabalho e para a vida ascética. Desta forma, essas representações acabavam por determinar valores morais imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo, tais como honestidade, laboriosidade x

ócio (“Time is Money”), controle dos gastos, entre outros. As várias tiradas metafóricas, listadas por WEBER, ilustra bem o que o autor entende por ‘espírito protestante’. É como se no imaginário dos protestantes baixasse um espírito capitalista, responsável pelos comportamentos desse grupo, que em vista de suas crenças e representações sociais, passa por interpretado como um verdadeiro grupo étnico.

## 2.3 A CULTURA CORPORAL BURGUESA

### 2.3.1 A Educação Física enquanto um projeto burguês de civilidade

A Educação Física, seja aquela desenvolvida no âmbito escolar, quer seja fora dele, acentua as representações que a sociedade tem dos indivíduos, seja do seu corpo – entendido como corpo biológico, a-histórico; seja de sua moral – entendida como amor ao trabalho, à ordem, à disciplina; seja de seu espaço na sociedade - entendido como resultado do esforço individual, da tenacidade, da vontade (SOARES, 1994).

Fruto da medicalização das práticas sociais, a Educação Física foi estruturada a partir do ideário burguês de civilidade, significando, de um lado conquista individual e mágica da saúde física, e de outro a disciplinarização da vontade e, desse modo, constituindo-se um importante instrumento de construção da ordem uma vez que, como afirma F. Azevedo, “... um organismo sadio e de músculos adestrados é de certo mais fácil a moralizar do que uma máquina humana enfraquecida e emperrada.

A partir desse contexto pode-se afirmar que a Educação Física caracteriza-se como um “projeto burguês de civilidade” onde a apologia da saúde baseia-se num conceito médico-higienista calcada nas Ciências Biológicas cujo intuito é mecanizar, higienizar, moralizar e purificar a raça (eugenia). Esse projeto tem por objetivo a construção de um novo corpo

disciplinado e necessário ao capital e cujos gestos devem adaptar-se ao novo processo civilizatório em execução. A educação desse novo corpo necessário à produção e imbuído de sistematizar os novos hábitos da família moderna, irá contemplar desde crianças, mulheres e até os indivíduos homens, sendo esses os que maior responsabilidade terão em protagonizar o corpo saudável, robusto, disciplinado e de padrões higiênicos bem definidos, pois as necessidades nacionalistas além de constituírem a defesa da nação à partir dos corpos exercitados também tem em vista a manutenção das novas categorias técnicas implantadas com o processo civilizatório em incursão (ELIAS, 1994).

As mulheres caberá o papel da preparação biológica com o intuito de assumirem o papel de mãe reprodutora além de estimável dona do lar cuja responsabilidade recairá no ideário burguês, ou seja, garantia do “bom nascimento dos filhos da pátria”, propiciando um estado mais forte, disciplinado, moralizado e, com relação ao corpo, fisicamente preparado para o modo de produção capitalista. A Educação Física das crianças dar-se-á na escola – instituição mestra da massificação do ideário burguês – através das práticas corporais ginásticas cujos conceitos médico-higienistas servem como suporte paradigmático a esta que assume, na educação, um conjunto de saberes sistematizados acerca do movimento visto na perspectiva mecânica, analítica e calistênica, ou seja, conferindo à Educação Física essencialmente medicalizadora e inicialmente “ginastificada” uma visão biologizada e natural acerca do corpo onde o pensamento positivista revela-se como a expressão mais acabada dentro desse processo.

Em virtude da modernização a sociedade industrial e burguesa assume um caráter funcionalista, ou seja, dentro dessa perspectiva o corpo denota um “objeto” alienado e cujos movimentos ausentes do gesto espontâneo revelam a concepção utilitária das formas de se movimentar, seja nas linhas de produção, no lócus da família moderna, no âmbito da cortesia social ou mesmo no movimento esportivo “sport”. É dentro desse contexto que a E.F. nesse

surto industrial europeu apresenta-se como “científica” e, portanto, convincente, uma vez que práticas sociais que se apresentassem como tal gozavam de “status” e eram assimiladas como hierarquicamente superiores. Atendeu no seu tempo e espaço aos critérios de cientificidade propostos pela abordagem positivista (hegemônica no período), e foi respeitada e aclamada por assim se apresentar (SOARES, 1994).

### 2.3.2 Os saberes ginásticos como um conhecimento pedagógico sistematizado

O corpo em processo civilizatório, ou seja, abstendo-se de seus gestos espontâneos, adentra no processo de desenvolvimento do capitalismo cujo respaldo no liberalismo econômico exige do corpo um instrumento de novas adaptações e comportamentos assépticos. A conduta motora, iniciada nas escolas filantropinas, foi desenvolvida no século XIX nas nações hegemônicas da Europa (Alemanha, França e Suécia), com exceção da Inglaterra, que desenvolveu uma outra conduta motora (sport). Diferente do modelo filantropino, A Ginástica recebeu distintas sistematizações, que além de incorporar todas as classes sociais, inclusive crianças e mulheres, justificou sua prática com o discurso nacional-militarista e médico. Olhando para o viés da implantação da economia capitalista e da incorporação do código da conduta burguesa, tenta-se compreender as razões das exigências de incluir todas as classes, todos os sexos e todas as idades. A educação burguesa, mesmo baseando-se em Locke e Rousseau, teve que considerar o atendimento a todas às classes sociais devido a pelo menos dois fatores (SILVA, 1998).

O projeto liberal-burguês, para se afirmar, precisava garantir os “direitos naturais” do homem. Daí o discurso liberal em considerar a instrução como o meio pelo qual o indivíduo alcançaria o seu bem estar (acesso aos bens culturais, preparação para o trabalho e capacitação

para o exercício político). A segunda razão, para estender a escolarização, era devida às reivindicações da classe trabalhadora que entendia a educação como uma das formas de conquista social. Na verdade, a educação burguesa, apesar dos conflitos de interesse (burguês e proletário), objetivava incluir os filhos dos trabalhadores, não para dignificá-los, mas para discipliná-los e domesticá-los, tornando-os socialmente passivos e moralmente auto-controlados e no âmbito dos movimentos ginásticos sistematizados enquanto saber pedagógico, contribuindo para o controle das emoções e paixões demasiadamente perniciosos à conduta de produção (SOARES, 1994).

A compreensão cartesiana de Higgins acerca do corpo solidifica sua compreensão biológica, contribui para a chamada “Ginástica Científica”, reforçando o pensamento médico-higienista e sistematizando os Laboratórios de pesquisas fisiológicas, biomecânicas entre outras. A educação corporal contribui então, a partir do código de conduta burguesa, na manutenção da modernização social, assepsia da raça, criterização da utilidade dos corpos, eficiência produtiva, moderação das paixões e abrandamento das emoções. Nesse contexto a arquitetura das habitações, locais de trabalho e de descanso exercem um controle na constituição do indivíduo e de seu movimento. De acordo com Michael Foucault, citado por WERNECK (1997), ele destaca que a docilização pelo controle do corpo, buscando discipliná-lo, e torná-lo eficiente, exige quadriculamento do espaço ocupado, organização e controle do tempo, adestramento do gesto, normalização do prazer e regulação do comportamento com objetivos de separar hierarquizar e comparar.

É dentro dessa lógica que a Educação Física surge enquanto disciplina produto da modernidade. No século XVIII deparar-se-á com um homem fragmentado e explicado pelo positivismo ortodoxo no âmbito de uma sociedade recém criada a ciência e a caminho do liberalismo econômico que viria a eclodir no século XIX. O corpo em movimento no seu sentido utilitário é compreendido a partir do conhecimento médico-higienista e a ginástica

transformada em saber escolar serve de manifestação da conduta corporal ideológica onde a burguesia apodera-se de seu conhecimento como manifestação de sua cultura corporal fundamentada em conhecimentos biomédicos dando-lhe um caráter mecânico, analítico e angular. *“A ginástica enquanto código da conduta corporal burguesa presta-se ao papel de educar/civilizar um corpo não mais flácido e efeminado do nobre ocioso, mas um corpo enrijecido e adaptado à complexidade de uma sociedade de empreendimentos comerciais e industriais que estava se impondo”* (SILVA, 1998, p.518).

### 2.3.3 As condutas esportivas, higiênicas, eugênicas e o sentimento nacionalista como comportamentos integrantes dos novos hábitos da família moderna

A Educação Física é vista pela burguesia enquanto meio de promoção da eugenia, dos novos hábitos da família moderna - incluindo o papel definido do corpo feminino e masculino como provedores reprodutores da qualidade dos corpos servidores a interesses nacionalistas e a força de trabalho produtivo – e a aquisição de hábitos higiênicos que confirmam ao corpo uma melhor condição anátomo-fisiológica de saúde afim de garantir a sua melhor condição física para enfrentar as linhas de produção cujas exigências tangiam o aspecto mecânico e qualitativo do movimento manufatureiro SOARES (1994).

A massificação da instrução e do saber ginástico àqueles que vendiam a sua força de trabalho na época da Revolução Industrial constituía o código desencadeado pela economia cultural capitalista que exigia dos indivíduos comportamentos padronizados e autodisciplinados pelos critérios utilitários, produção eficiente, moderação das emoções e abrandamento das paixões. É nesse sentido que:

*A conduta motora, iniciada nas escolas filantropinas, foi desenvolvida no século XIX nas nações hegemônicas da Europa (Alemanha, França e Suécia), com exceção da Inglaterra que*

*desenvolveu uma outra conduta motora (sport). Diferente do modelo filantropino, a ginástica recebeu distintas sistematizações, que além de incorporar todas as classes sociais, inclusive crianças e mulheres, justificou a sua prática com o discurso nacional-militarista e médico. Olhando para o viés da implantação da economia capitalista e da incorporação do código de conduta burguesa, tentamos compreender as razões das exigências de incluir todas as classes, todos os sexos e todas as idades. A educação burguesa, mesmo baseando-se em Locke e Rousseau, teve que considerar o atendimento a todas às classes devido a pelo menos dois fatores. O projeto liberal-burguês, para se afirmar precisava garantir os “direitos naturais” do homem. Daí o discurso liberal de considerar a instrução como o meio pelo qual o indivíduo alcançaria o seu bem estar (acesso aos bens culturais, preparação para o trabalho e capacitação para o exercício político). A segunda razão, para estender a escolarização, era devida as reivindicações da classe trabalhadora que entendia a educação como uma das formas de conquista social. Na verdade, a educação burguesa, apesar dos conflitos de interesse (burguês e proletário), objetivava incluir os filhos dos trabalhadores, não para dignificá-los, mas para discipliná-los e domesticá-los, tornando-os socialmente passivos e moralmente auto-controlados (SILVA, 1998, p.519).*

#### 2.3.4 A extrapolação das práticas corporais da Educação Física européia para o contexto não-formal

Na sociedade capitalista as práticas corporais da Educação Física advindas do surgimento do movimento “Esporte para Todos” extrapolam o âmbito escolar onde o corpo faz-se necessário em movimentar-se também na fase adulta na qual o homem humanizado contemple o seu aspecto corporal, mental e espiritual. O homem economicamente ativo recorre, através do consumo, ao campo de conhecimentos científicos, religiosos e, com relação à Educação Física, suas atividades corporais acompanhadas por teses, conceitos e que visam o corpo numa perspectiva do movimento alavancado... adotando para si o caráter de mercadoria. As recomendações médico-higienistas se tornam mais presentes dentro dos novos hábitos adquiridos pelo família moderna e até na sociedade como um todo onde ocorre a valorização das atividades corporais e hábitos higiênicos para promoção da saúde do corpo, talvez não mais aquele – para uma minoria – vinculado as forças de trabalho, porém ao desejo hedonístico do “ideal de corpo” marcado por uma cultura ideológica imagética onde há a predominância das formas apolíneas em relação à própria persona.

Ao serem incorporados os jogos pela aristocracia inglesa, essas práticas assumiram novos princípios e adquiriram contornos de esporte, o que correspondeu a determinados interesses específicos. Assumindo essa mudança de significados e funções, o esporte, enquanto prática corporal, passou a representar uma prática aristocrática na Inglaterra, permanecendo dessa maneira até meados do século XVIII, como afirma BORDIEU (1983). Entretanto, à partir da Revolução Industrial, esse panorama foi modificado com a proliferação do esporte moderno para outras camadas sociais, principalmente porque os princípios para ele delineados eram congruentes com a ideologia liberal (burguesa), ou seja, a produção e reprodução do capital pelo viés do corpo forte, higiênico e produtivo.

Segundo COSTA (1989) a preocupação da elite dominante em apenas promover as práticas corporais descarta o interesse humanizador das mesmas criando, à partir de então, segmentos marginalizados dentro da sociedade que fazem com que alternativas sejam encaminhadas. Com o intuito da promoção do “espírito esportivo” a nível contingencial, a idéia da saúde atinge um maior número de pessoas tornando mais viável a vinculação de produtos esportivos visando a representatividade das “atividades alternativas” enquanto comportamento favorável à concepção de corpo do pensamento moderno. Cria-se nesse contexto as denominadas campanhas esportivas “para todos”: *“Esporte para todos é o conjunto de todas as atividades esportivas e recreativas que visam, em diferentes graus, à forma física e a socialização dos praticantes: atividades as quais os grupos espontâneos da sociedade tem acesso sem limitações excessivas de condições econômicas, sexo, idade, ou seja, sem condições de rendimento e performance”* (COSTA, 1989, p. 45).

Como retrata CORDIOLI (1995) é na sociedade de consumo, comportamento massificado e culturalmente somática que o corpo busca, no Império da Razão, emancipar-se das amarras da condição dualista entre o Ter e o Ser.

### 2.3.5 A lógica e a organização das instituições de produção: o papel da Educação Física na manutenção do corpo necessário ao capital

Segundo afirma BRACHT (1995) explicar as práticas corporais da Educação Física no contexto não-formal como as academias e etc. para o ocidente, é buscar compreendê-la enquanto reprodutora do Sistema Capitalista onde o movimento humano assume um caráter funcionalista. O corpo capital explicado pela burguesia detentora dos meios de produção refugia-se em uma realidade biológica onde o aspecto humano passa ao segundo plano e dentro de uma justificativa plausível, a classe de poder insere o corpo proletário dentro de uma realidade natural (SOARES, 1992). A realidade cultural concreta e sensível, ou seja, pertencente a massa é posta em segundo plano. Ao seu dispor estão colocadas apenas as justificativas mais incontestáveis da ciência positivista que opera as questões do “corpo-máquina” pelo viés do conhecimento anátomo-fisiológico acompanhada da concepção eugênica da hereditariedade e das etnias, ou seja, a submissão e a relação de classes como uma determinante de causas naturais e não sociais.

Tal realidade traduz-se num corpo educado fisicamente como uma máquina movida pela mente. A fragmentação do homem acarreta a representação mecanicista e newtoniana do corpo onde a concepção utilitária do movimento dar-se-á através dos exercícios calistênicos, analíticos e angulares, do esporte, da dança, entre outros. A ginástica, afirmada como modelo técnico de educação do corpo e como um saber acerca do mesmo, fundamentada nos paradigmas positivistas, não passou a integrar apenas o discurso do poder no período europeu de massificação escolar no século XIX, todavia ela passa na modernidade ocidental a representar a expressão de uma imagem corporal desejada pela sociedade capitalista que vê na saúde a concepção utilitária do movimento objetivado descartando outras visões, ou seja, as humanistas. A projeção das práticas corporais escolares ao meio não-formal, o discurso

positivista do “exercitar-se durante a vida”, juntamente com o culto à um corpo mercadoria e lucrativo exprimem simbolicamente, a nível da cultura somática, uma sociedade voltada ao consumo e ao culto hedonista do corpo objeto e fruto de um ideal paradigmático (SANTOS, 1990).

Desse modo as ações do homem moderno ao praticar um determinado conjunto de movimentos objetivados, seja através da prática esportiva ou da execução de exercícios físicos em um clube ou academia, demonstram a preparação de um corpo novo e necessário ao capital ressurgindo, dessa forma, um novo tipo de higienismo (SOARES, 1992).

Segundo BRACHT (1980) o comportamento massificado com relação ao ser esportivo reflete o automatismo gestual em decorrência das Ciências Naturais calcada na explicação dos acontecimentos em função de seus antecedentes causais, sendo o indivíduo um instrumento submisso à “Leis do Rendimento” fundamentadas na Biomecânica, na Fisiologia, na Anatomia, protagonizando o corpo disciplinado e saudável de acordo com as exigências da Lógica mercadológica de mercado e constituindo os fundamentos necessários as novas “categorias técnicas” de movimento objetivado para a questão da saúde e necessários ao discurso dominante injetado através do uso da mídia.

De acordo com COSTA(1989) o marco da iniciação em pesquisa científica acerca da Fisiologia do Esforço na área de conhecimento da Educação Física se dá na Dinamarca em 1919 no “Laboratório de Teoria da Ginástica” com a pura investigação quantificável do corpo em movimento. A fundamentação das novas categorias técnicas exigidas como condicionante das novas condutas e gestos motores do corpo capital dá-se pelo conceito biológico a respeito do mesmo cujo intuito vem a ser a construção de um ideal de corpo novo necessário a cultura imagética de consumo, seja através da alimentação, da cultura ou de sua manutenção.

O reconhecimento das Ciências Humanas, principalmente das Ciências Sociais, cuja linha de pensamento caminha de encontro ao raciocínio histórico-crítico é a base de uma concepção de corpo avançada e própria à uma área de conhecimento cujo objeto seja o homem e que esse indivíduo seja concebido histórico-culturalmente e em busca de sua corporalidade perdida com a deturpação dos fundamentos da modernidade que vem se entregando à uma Corpolatria desenfreada de objetivos que vão do consumo ao individualismo mais introspectivo do homem.

## 2.4 O CULTO AO CORPO, SUA MERCADORIZAÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA E A RELAÇÃO DIRETA COM AS PRÁTICAS CORPORAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: FUNÇÃO HIGIÊNICA, FUNÇÃO ECONÔMICA E FUNÇÃO ESTÉTICA

### 2.4.1 A corporeidade e suas possíveis concepções cultivadas no Imaginário privado e social

No contexto onde as idéias se tornam objeto, várias correntes se formaram na tentativa de melhor compreender as questões voltadas para a Corporeidade e o Imaginário Social. Nessa perspectiva começa-se a pensar numa outra dimensão das representações, onde circulam as crenças dos Ideais de Corpo vigentes na modernidade, os desejos, as fantasias, os mitos; ou seja, aspectos mais abstratos que são expressos simbolicamente. Nesta ótica alguns teóricos, em parte motivados por BECHELARD apud CORREIA (1998), se voltam para o estudo do que rotulam como “Imaginário Social”, sendo pois, num caminho diferente, os olhares voltados para a corporeidade nas investigações de MERLEAU PONTY (...).

O imaginário é concebido como fruto de uma atividade simbólica. Nessa perspectiva, os símbolos tem um caráter polissêmico, e mesmo estando atrelados aos significantes, ultrapassam-nos adquirindo sentidos prospectivos. Assim, o imaginário recria e reordena a realidade e as visões falsificadas e retorcidas do Corpo Moderno. Segundo ELIAS (1994), o

homem pensa o seu corpo de maneira fria e inanimada, essa imparcialidade como uma característica proveniente das ciências naturais mostra um pensamento mágico ou mítico acerca da concepção de corporeidade cultivada no “Imaginário Coletivo” das populações referentes as sociedades urbano-industriais.

A imagem do corpo apolíneo como forma tradicional da auto-consciência caracteriza-se como super valorizada na sociedade capitalista, o que acredito, acaba por impulsionar a corpolatria instaurando a política de consumo corporal em quase todas as categorias culturais. Não há dúvida de que, nas sociedades complexas, a influência dos modos de pensamento e condutas corporais estejam relacionadas ao pensamento das ciências naturais clássicas, reforçando nas pessoas a tendência a buscarem um grato refúgio no corpo bonito (ELIAS, 1994).

Segundo PEDROSO (1994), a reflexão filosófica sobre a corporeidade no contexto da sociedade capitalista não pode desconsiderar os antecedentes históricos da relação do homem com o seu corpo uma vez que os valores socialmente atribuídos à corporeidade não se definem a margem dessa complexa relação histórico-social. Nesse sentido, as concepções de corporeidade se inserem no processo de construção da própria concepção de homem e sociedade.

De acordo com PEDROSO (1994), em cada época histórica se buscou, através da reflexão filosófica, a compreensão do corpo, do homem e do mundo. Pode-se dizer que “*Na história do pensamento filosófico, a problemática do homem e do seu mundo oscilou sempre entre dois pólos: o corpo e a alma, o conhecimento sensível e o conhecimento inteligível, o mundo da matéria e o mundo do espírito, a vida terrena e a vida ultraterrena*” (GONÇALVES apud PEDROSO, 1994, p. 41).

Para apreender as concepções de corporeidade no modo de produção capitalista ao qual baseiam-se as sociedades urbano-industriais, torna-se fundamental uma visão de totalidade, ou seja, entender que o corpo não existe isoladamente, independente das relações sociais. Portanto, a compreensão do corpo pelas pessoas implica a compreensão das circunstâncias, das relações sociais em que está inserido, pois o homem não é um ser ideal, abstrato da humanidade, mas um ser concreto que interage com a sociedade onde vive. É nessa perspectiva que:

*O homem vive em um determinado contexto social com a qual interage de forma dinâmica, pois, ao mesmo tempo em que atua na realidade, modificando-a, esta atua sobre ele, influenciando e, até podemos dizer direcionando suas formas de pensar, sentir e agir. Assim, as concepções que o homem desenvolve a respeito de sua corporalidade e as suas formas de comportar-se corporalmente estão ligadas a condicionantes sociais e culturais (GONÇALVES apud PEDROSO, 1994, p. 13).*

Nessa perspectiva o desejo pelo corpo bonito é algo milenar. Entretanto o conceito de beleza vem-se modificando ao longo do processo de construção histórica da humanidade, revelando as inúmeras nuances do uso do corpo em diferentes situações. Apesar de o modelo de beleza variar de acordo com o contexto histórico, sua essência é a mesma: expressa desejo de status e projeção social, o que representa privilégios de classe. No caso da mulher, expressa, ainda, os papéis sociais a ela designados de acordo com os modelos pré-definidos pelo imaginário social (que recria e reordena a realidade dos papéis e funções sociais)

Entendida como consumo cultural, a prática do “culto ao corpo” coloca-se hoje como preocupação geral, que atravessa todos os setores, classes sociais e faixas etárias, apoiada num discurso que ora lança mão da questão estética e ora da preocupação da saúde. Contudo, se enquanto preocupação geral o culto ao corpo está presente para todos os segmentos sociais, a maneira como ele se realiza no interior de cada grupo é diversificada. A escolha da modalidade

esportiva, da ginástica, da dança e da academia em que se praticará, está associada, provavelmente, as demais esferas da vida e as demais escolhas realizadas no mercado de bens.

#### 2.4.2 O corpo numa perspectiva do “hábitus social”

Segundo BORDIEU (1988) é o hábitus entendido como princípio da geração e estruturação das práticas e representações que viabiliza esta valorização, assim é através dessa que construímos nossas práticas individuais e coletivas, estejam elas, ligadas ao trabalho e ao lazer. Tomemos o corpo imagem como exemplo. Ele possui o valor que tem em função de determinadas categorias de percepção tais como bonito/feio, rígido/mole, forte/fraco, saudável/doente, limpo/sujo, etc. ; a partir dos quais atribuímos um alto valor ao corpo, constituindo, a partir de então, o capital simbólico que será abordado mais adiante.

Portanto a partir de um desenvolvimento do *hábitus* característico a sociedade urbano-industrial “elegeu” o corpo como seu mais novo e cobiçado produto que, enquanto tal, existe nas mais variadas versões e preços. Talvez seja oportuno apresentar brevemente a possibilidade desse hábitus assumir características de uma “hegemonia cultural” manifesta em nossa sociedade.

Como já demonstrou Bourdieu, a linguagem corporal é marcadora da distinção social, ocupando posição fundamental na sua argumentação e construção teórica, que coloca o consumo alimentar, cultural e a forma de apresentação (incluindo o consumo de vestuário, artigos de beleza, higiene e de cuidados e manipulação do corpo em geral) como as três mais importantes maneiras de distinguir-se, pois são reveladoras das estruturas mais profundas determinadas e determinantes do habitus.

*O corpo é a mais irrecusável objetivação do gosto de classe, que manifesta de diversas maneiras. Em primeiro lugar, no que tem de mais natural em aparência, isto é, nas dimensões (volume, estatura e peso) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas e flexíveis, retas ou curvas, etc. ...) de sua conformação visível, mas que se expressa de mil maneiras toda uma relação com o corpo, isto é, toda uma maneira de tratar o corpo, de cuidá-lo, de nutri-lo, de mantê-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do habitus (BOURDIEU, 1988, p.188).*

É possível entendermos a preocupação com o culto ao corpo como traço característico das sociedades contemporâneas, assim como também aspecto intimamente ligado a constituição do “moderno”. Nicolau Sevcenko aponta a preocupação com a corporeidade como uma das mais importantes características da atmosfera moderna que envolvia a nascente metrópole tecnológica por ele estudada: a São Paulo dos anos vinte. Segundo este autor, sob a genérica denominação de “diversão” ou “entretenimento”, há uma série de hábitos físicos, sensoriais e mentais que, embora existissem desde o começo do século na cidade de São Paulo, são incorporadas sistematicamente no cotidiano de seus habitantes na segunda década do século XX. É nesse contexto que Sevcenko afirma:

*O antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está... Não é descansando que alguém se prepara para a semana vindoura, é recarregando as energias, tonificando os nervos, exercitando os músculos, estimulando os sentidos, excitando o espírito... (Esses hábitos) são arduamente exercitados concentradamente no fim de semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana (SEVCENKO, 1992, p. 33).*

A simples observação do elenco dessas práticas caracterizadas como “diversão” remete ao ambiente urbano e a idéia de modernidade:

*... esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinema, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundo, de cavalos, de bicicletas, de motocicletas, de carros, de avião, tiros de guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversão, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, toda semana (SEVCENKO, 1992, p. 34)*

Nesse sentido, ao ganhar força nos anos vinte, justamente no momento em que São Paulo assumia feições de uma grande metrópole, a prática do culto ao corpo está associada a idéia de modernidade: *“Por trás disso tudo a filosofia é: ser jovem, desportista, vestir-se e saber dançar os ritmos da moda é ser moderno”* (SEVCENKO, 1992, p. 34)

Ao se referir ao mesmo período analisado por Sevcenko, Norbert Elias aponta o “relaxamento da moral” como uma das principais características do mesmo, e como ilustração dessa mudança de costumes, coloca a exposição do corpo, associada a difusão de práticas esportivas e à ousadia dos cortes e tecidos que passam a evidenciar as suas formas. Na concepção desse autor, a história da civilização é pautada no desenvolvimento do controle das emoções, marcado pelo sentimento de vergonha, e se o momento pós I Guerra é marcado por um certo “relaxamento da moral” –que permite que se exponha algumas partes do corpo antes não permitidas- é porque, segundo Elias, os indivíduos já atingiram um auto grau de controle de seus impulsos ou, como aponta SOARES (1994), controle dos gestos pelo viés das “imagens de retidão”. Para ilustrar sua tese o autor recorre ao exemplo da roupa de banho:

*No século XIX cairia no ostracismo social a mulher que usasse em público os costumes de banho ora comuns. Mas essa mudança, e com ela toda a difusão de esportes entre ambos os sexos, pressupõe um padrão muito elevado de controle de impulsos. Só numa sociedade na qual um auto grau de controle é esperado como normal, e na qual as mulheres estão, de mesma forma que os homens, absolutamente seguras de que cada indivíduo é limitado pelo autocontrole e por um rigoroso código de etiqueta, podiam surgir trajés de banho e esporte com esse relativo grau de liberdade. É uma relaxação que ocorre dentro de um padrão “civilizado”... (ELIAS, 1994, p.186).*

A década de vinte foi também crucial na formulação de um novo ideal físico, tendo a imagem cinematográfica interferido significativamente nessa construção. No fim da década mulheres, sob o impacto combinado das indústrias do cosmético, da moda, da publicidade, e de Hollywood, incorporaram o uso da maquiagem, principalmente o batom, em seus cotidianos

e passam a valorizar o corpo esbelto, esguio. Como aponta Featherstone (1993), a combinação dessas quatro indústrias foi fundamental para a vitória do corpo magro sobre o gordo, no decorrer do século XX.

É possível identificarmos, ainda neste século, três marcos importantes para o estudo do corpo: os anos cinquenta, os sessenta e os anos oitenta. Os primeiros devido a dois elementos: a expansão do tempo de lazer e a explosão publicitária no pós-guerra. Ser “esportista” passa a ser, cada vez mais, um imperativo nas sociedades contemporâneas. E essa tendência de comportamentos está, certamente, relacionada a expansão do tempo de lazer. Férias remuneradas, um terço de férias, a explosão dos campings tornando as praias mais acessíveis, são elementos que contribuirão, a partir da Segunda metade dos anos cinquenta, para a “revolução de veraneio”, que imporá um novo conceito de férias de verão, em que a exposição do corpo ocupa espaço de centralidade.

A explosão publicitária no pós-guerra, por sua vez foi, sem dúvida, grande responsável pela difusão de hábitos relativos aos cuidados com o corpo e às práticas de higiene, beleza e esportivas, preconizadas por médicos e moralistas burgueses desde o início do século. O desenvolvimento do cinema e da televisão, com sua rede de “olímpianos”, muito contribuiu para os profissionais dos cuidados com o corpo venderem as suas imagens e seus produtos. Mas é importante ressaltar a mudança de comportamento que se impunha nesse momento. Ao colocarem suas imagens (estrelas de cinema com sorriso branco e cabelos brilhantes anunciando creme dental e xampu) esses profissionais colocavam em jogo novas práticas, difundiam uma nova maneira de lidar com o próprio corpo e um novo conceito de higiene, a tal ponto que, como afirma Prost, “*os comerciantes contribuíram mais do que os higienistas para difundir os novos hábitos do corpo*” (PROST, 1992, p.98).

Os anos sessenta são palco da difusão da pílula anticoncepcional, da chamada “revolução sexual” e do movimento feminista, elementos que, associados a contracultura e ao

“hippismo” contribuirão para a colocação da corporeidade como importante dimensão no contexto de contestação que marca a década. O corpo é colocado em cena pela contracultura como locus da transgressão, do delírio e do “transe”, através das experiências da droga e do sexo.

Os anos oitenta podem ser entendidos como um marco importante para a temática, na medida em que nessa década a corporeidade ganhou vulto nunca antes alcançado, em termos de visibilidade e espaço no interior da vida social, pois se no período anterior os cuidados com o corpo visavam a sua exposição durante o verão, a partir da década de oitenta as práticas corporais passam a ser mais regulares e cotidianas, expressando-se na proliferação das academias de ginástica por todos os centros urbanos. Paralelamente a esse processo temos o advento da chamada “Geração Saúde”, a partir dos anos oitenta, representativa de certa postura frente à vida que, de certa forma em oposição ao comportamento representativo da geração de seus pais, levantam a bandeira anti-drogas, com destaque para o tabagismo e o alcoolismo, ao lado da defesa da ecologia, do naturalismo e do chamado “sexo seguro” – também um fenômeno fortemente relacionado ao surgimento da AIDS- que em alguns casos significa a revalorização da virgindade feminina, não mais até o casamento mas até a certeza de que o primeiro relacionamento sexual signifique o envolvimento afetivo prolongado com o parceiro.

#### 2.4.3 O corpo como um capital simbólico-econômico na condição de mercadoria

O capital simbólico é para BORDIEU: *“uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural e social, etc.), percebida pelos agentes sociais cujas*

*categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor* (BOURDIEU, 1996, p. 107).

A hipótese a qual pretendi discutir nesse estudo monográfico foi: o corpo tem adquirido cada vez mais na sociedade contemporânea um alto valor simbólico, que cada vez mais se converte em capital econômico na forma de mercadoria. Quais são as possíveis conseqüências disso em nossa prática não-formal foi o que tentei descobrir ou traçar perspectivas. Como se sabe a indústria da imagem é uma das que mais cresce no mundo, fato este, nos mostra que as sociedades urbano-industriais da atualidade estabeleceram (e estabelecem) categorias de percepção que acabam por capitalizar simbolicamente o corpo numa perspectiva para além da força humana de trabalho, ou seja, assumindo as posturas estéticas vinculadas, por exemplo, através de meios de comunicação de massa.

Assim é através do hábitos que construímos (e nós, nossa sociedade, queremos isso) o capital simbólico que o corpo (ou parte dele) possui. Este capital simbólico, neste caso, pode ser considerado capital cultural, uma vez que entendemos, a priori, que toda prática do corpo constitui-se enquanto elemento de uma cultura de determinada sociedade ou comunidade. Entretanto, o que parece causar um grande desconforto é a conversão deste capital simbólico em capital econômico.

Mas o que teria levado as sociedades contemporâneas a intensificar a preocupação com o corpo e colocá-la como um dos elementos centrais na vida das pessoas? É possível arriscarmos algumas hipóteses. Em primeiro lugar, essa intensificação está ligada a própria história da moda, que pode ser entendida como as imagens sociais do corpo, o espelho de uma determinada época e nesse sentido é interessante lembrarmos que no séc. XIX a camisola só podia ser usada no interior do quarto e qualquer referência à ela, em público, seria motivo de rubor. Cabelos soltos, da mesma forma, só eram permitidos no espaço privado, sendo o penteado uma exigência para o espaço da rua. Mostrar o corpo também não era muito comum,

as pessoas decentes andavam de luvas e chapéus, mostrando apenas o rosto, com exceção dos trajes de noite feminino, que apresentavam grandes decotes. Gradualmente, a flexibilidade no vestuário vai ganhando espaço frente a rigidez. Segundo PROST (1992) Os homens passam a usar colarinhos mais flexíveis e chapéus de feltro moles no lugar dos colarinhos duros e chapéus duros, enquanto as mulheres vão abandonando os corpetes e as cintas, que cedem lugar as calcinhas e sutiãs. As saias vão se encurtando, as meias valorizam as pernas e os tecidos pesados vão sendo substituídos por mais macios que salientam as curvas do corpo.

Em termos de vestuário, o século XX tem sido marcado pelo desnudamento e flexibilidade cada vez maiores, a aparência física passa a depender cada vez mais do corpo e cuidar dele torna-se uma necessidade, pois cuidá-lo significa a sua preparação para a demonstração do mesmo. Mas cada passo que se deu no sentido de desvendar o corpo não foi livre de constrangimentos, conflitos e escândalos: a bermuda dos escoteiros dos anos vinte foi bastante censurada, pois mostrar as pernas publicamente era um tabu; os biquínis nos anos cinquenta gerou muitos conflitos entre pais e filhas; a ousada mini-saia dos anos sessenta escandalizou antes de se tornar moda e o monoquini dos anos setenta ainda é tabu. Hoje, nas cidades, os homens adotam a bermuda como traje de passeio, e não raro, usam a camisa aberta ou o tronco nu. É a exposição pública do corpo que ganha cada vez mais terreno.

A questão alimentar –ou dietética- está certamente ligada ao tema em questão. Vale lembrar que Mary Douglas já apontara para o fato de que *“os princípios de seleção que orientam o ser humano na escolha de seus recursos alimentares não são de ordem fisiológica, e sim cultural. É a cultura que cria em cima dos indivíduos o sistema de comunicação referente ao comestível, ao tóxico e a saciedade”*.

Cada vez mais a cultura alimentar das sociedades ocidentais vem desprezando os pães e as batatas e recomendando carnes, grelhados, laticínios, legumes e frutas frescas, em sintonia com a idéia de que o corpo perfeito exige um tipo de alimentação ideal ( que muitas vezes

exclui delícias exigindo uma dose de sofrimento). Não se pode deixar de referir a forte introdução da onda “diet” (refrigerantes, adoçantes e sobremesas).

Ao lado da indústria “Diet”, coloca-se a dos cosméticos que também vem crescendo assustadoramente, indicando a “materialidade” do processo em questão: a intensificação da preocupação com o corpo. O setor que envolve três segmentos básicos: **higiene pessoal, cosméticos e perfumaria** teve um crescimento acumulado no período de 91-1995.

Não se pode deixar de ressaltar o papel da mídia como importante agente no processo em discussão. No que diz respeito à mídia impressa, vale destacar que a temática corpo ganha cada vez mais espaço desde os anos oitenta, quando nascem as duas maiores revistas voltadas ao tema: **BOA FORMA** (1984) e **CORPO A CORPO** (1987), as quais abriram um caminho para o filão que vem sendo habilmente explorado pelas indústrias editoriais.

A percepção de corpo na sociedade contemporânea é dominada pela existência de um vasto arsenal de imagens visuais colocando até mesmo em segundo plano o seu rosto (pois o indivíduo é a peça que menos importa, valem mais suas formas e dimensões perfeitas. Featherstone chama a atenção para o fato de que *“a lógica secreta da cultura de consumo depende do cultivo de um insaciável apetite para o consumo de imagens”* (FEATHERSTONE, 1993, p. 178).

O cinema de Hollywood ajudou a criar novos padrões de aparência e apresentação física, levando à um público massivo a importância do “looking good”. Hollywood difundiu novos valores da cultura de consumo e projetou imagens de estilos de vida glamorosos para o mundo inteiro. As estrelas de cinema ajudaram a conformar um ideal de perfeição física, introduzindo novos tipos de maquiagem, cuidados com os cabelos e técnicas para corrigir imperfeições.

Ao analisar as “Hollywood fan magazines”, Levin aponta o grande interesse, gerando através da máquina publicitária de Hollywood, pelas vidas privadas das estrelas, pelos seus conselhos de beleza, seus exercícios e suas dietas. Revistas como *Photoplay*, *Silver Screen*, *Screen Book e Motion Picture* ao publicarem os “segredos das estrelas” ofereciam aos seus leitores a chance de se auto-ajudarem, com anúncios chamando a atenção para providências de remédios contra a acne, seios grandes, pequenos, pele oleosa ou ressecada, etc. .. (FEATHERSTONE, 1993). Assim, as imagens trazidas pelas revistas sobre os personagens da indústria hollywoodiana provocavam uma revisão da auto-imagem dos leitores, num jogo de reconstruções constantes, ocasionando a reflexividade apontada por GIDDENS (1991) como constitutiva da modernidade.

O mesmo pode ser pensado com a televisão que através do “fluxo”, transmite imagens de corpos perfeitos e formas para alcançá-lo, através dos mais variados formatos (peças publicitárias, programas de auditório, novelas, filmes e etc. ..). A observação do programa **Malhação** nos permite afirmar que seu formato recupera e atualiza matrizes genéricas, trabalhando temas do universo adolescente. Tendo como formato básico episódios semanais, compostos por cinco capítulos de trinta minutos, esta espécie de “mini-novela” expressa com claras intenções pelo viés do elenco e das temáticas, de captar o segmento jovem. O elenco é mais ou menos fixo: os frequentadores da academia e funcionários (médico, recepcionista e professores), sendo que em cada episódio são convidados dois ou três atores que entram temporariamente na trama.

Embora tenha algumas características da “Soap Opera” americana, como o tempo em que está no ar (quase três anos) e o elenco mais ou menos fixo, não podemos definir malhação como uma clássica “Soap Opera”, pois esta tem a característica de em cada capítulo encerrar-se em si mesmo, o que não ocorre em malhação, que exige do telespectador um acompanhamento diário para que não se perca no encadeamento da narrativa.

As histórias giram em torno do universo adolescente, tematizando a virgindade, a sexualidade, os prós e os contras na decisão em se casar. Na maior parte do tempo a cena se desenrola no interior da academia, e são diversos os espaços existentes, mostrando que tudo pode ser feito sem necessitar sair de lá: sauna, cantina para lanche, restaurante de comida chinesa, locadora de vídeo, loja de roupas e acessórios, ambulatórios; sendo boa parte dos diálogos ocorrendo sobre os aparelhos de ginástica e no vestiário, espaço no qual as meninas podem trocar segredos íntimos. É curioso notar que quando a câmera sai do interior da academia, vai para ambientes onde corpos estão em evidência, como a praia, por exemplo, e, embora mude o cenário, continuam predominando, em termos de imagens, coxas, torsos, umbigos e bumbuns perfeitamente esculpidos, entre as cores vivas dos biquínis e maios.

Diante das temáticas desenvolvidas é possível questionarmos: por que se passa numa academia? Poderia ser qualquer outro lugar que congregasse adolescentes, pois na verdade, o fio condutor das tramas não passa pelo corpo ou pelo “malhar”; são intrigas, brigas de namorados, enfim, nada que se restrinja, necessariamente, à temática do corpo. Assim como se desenrolam numa academia, as tramas poderiam se desenvolver em qualquer outro ambiente.

Ocorre que na Academia de Ginástica, além de ser um local em que os corpos são expostos –o que atrai uma parcela de público receptor- caracteriza-se por ser um local freqüentado por boa parte dos jovens de classe média atualmente, o que nos leva a pensar que o corpo assume, de fato, julgar de centralidade na vida das pessoas, fato que pode ser pensado não somente para a juventude, mas para todas as faixas etárias. FEATHERSTONE (1993) aponta para o fato de os idosos buscarem a juvenilização, em seus estilos de vida, praticando esportes, vestindo-se despojadamente, freqüentando salões de dança, enfim, viveríamos, nas sociedades contemporâneas, uma transformação no ciclo da vida, em que as barreiras entre a juventude e velhice estariam se borrando e “ser jovem” colocar-se-ia como um imperativo para os mais velhos. Assim sendo: *“Na cultura de consumo, a velhice é apresentada com imagens*

*que a retratam como uma fase da vida na qual sua juventude, vitalidade e atratividade podem ser mantidas...*" (FEATHERSTONE, 1994, p.68).

Esta idéia nos leva a pensar que a imagem da juventude, associada ao corpo perfeito e ideal –que envolve as noções de saúde, vitalidade, dinamismo e, acima de tudo, beleza– atravessa, contemporaneamente, os diferentes gêneros, todas as faixas etárias e classes sociais, perpassando e compondo, de maneira diferenciada, diversos estilos de vida. E a fábrica de imagens –cinema, TV e publicidade– tem, certamente, contribuído para isso.

A associação entre a produção de imagens corporais pela mídia (com destaque para o cinema e a televisão) e a percepção dos corpos/construção de auto-imagem, por parte dos indivíduos, é imediata. Nessa perspectiva: *"Nenhuma outra sociedade na história, como é freqüente dito, produziu e disseminou tal volume de imagens de corpo humano através de jornais, revistas, anúncios e das imagens de corpo em movimento na televisão e nos filmes..."* (FEATHERSTONE, 1994, p. 67).

É curioso observarmos que este momento em que o culto ao corpo ganha espaço no interior da vida social é, coincidentemente, próximo do apontado como o ponto de inflexão das sociedades capitalistas ocidentais, que passariam a ter uma nova configuração ou um novo tipo de higienismo (SOARES 1994). Se a modernidade entra numa nova etapa e ganha contornos diferenciados fundindo através da multiculturalidade o materialismo ocidental, a espiritualidade do oriente (onde o seu conteúdo filosófico assume o caráter fetichista importado pelo ocidente), o estruturalismo europeu, o fundamentalismo judaico-cristão, a psicanálise, o marxismo, trazendo cada uma as suas convicções, o mesmo ocorre com o culto ao corpo, ou a relação dos indivíduos com os seus corpos, pois se o desenvolvimento técnico tem tido grande influência sobre a vida social nessa etapa da modernidade, o mesmo pode ser dito com relação à corporeidade. A técnica tem impacto em muito a relação dos indivíduos com seus corpos na sociedade contemporânea. A possibilidade de esculpir-se ou de se desenhar seu próprio corpo

coloca-se como algo que propicia a cada um estar o mais próximo possível de um padrão de beleza que é estabelecido globalmente; afinal as medidas de mercado da moda são internacionais.

Evidentemente, a existência de técnicas de manipulação e cuidados com o corpo não é exclusividade das sociedades contemporâneas. Elas existiram em outras espacialidades e temporalidades. Marcel Mauss, ao tomar o corpo como objeto de análise, define como técnicas corporais os modos de tratar, usar, lidar com o corpo e lança a idéia de que essas são descobertas pelas sociedades, transmitidas e modificadas no decorrer do tempo. Partindo dessa definição de Mauss, podemos afirmar que a busca em cultivar o corpo é caracterizada por diversas técnicas corporais legitimadas por nossa sociedade e está localizada dentro de um movimento social mais amplo, que vem se acirrando no contexto da “modernidade-mundo” – para usar o termo de Ortiz- na qual a técnica vem representando o principal artifício de controle da natureza e o consumo o espaço privilegiado de constituição de vínculos identitários, de sociabilidade e de dissimulações do uso social e político do corpo na Educação Física, seja através de sua docilidade, robustez, beleza e produtividade.

É nessa perspectiva que por meio de suas possibilidades de ação, que a Educação Física se torna objeto e alvo de produção e de consumo, muitas vezes alienados, do corpo bonito.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento histórico-filosófico da Educação Física e o contexto onde ela faz-se extrapolar para o âmbito não-formal, assumindo funções para com a sociedade industrial e criando o espírito esportivo na Europa, somada a compreensão da visão materialista histórica acerca do processo econômico do capitalismo –mais precisamente a mercadoria- abordados nos manuscritos como “O Capital”, revelam minha afirmação e constatação em apontar para o corpo uma conotação de mercadoria para além de sua força de trabalho, porém assumindo ideais e posição de objeto privilégio dentro da lógica e da organização das instituições de produção onde, dessa forma, concretizam-se minhas especulações filosóficas acerca dos processos que levaram o corpo a mercadorizar-se pelo viés da exacerbação do “Ideal Imagético” explorado, na sua grande maioria, pelos meios de comunicação de massa e, em se tratando do contexto das práticas da Educação Física Não-Formal, protagonizando ela mesma o papel de agente reforçador desse ideal formado pelo conceito de saúde e beleza acerca do corpo.

Viu-se que de alguma forma nossos alunos passam, através de um processo de mercadorização de nossas práticas, a tornarem-se clientes de um mercado cujo objetivo é suprir, responder e saciar as necessidades (sejam elas vitais ou não) que de alguma forma, sejam por fatores psicológicos, sociais ou econômicos, o ser humano é levado a consumir bens tangíveis ou não através de vontades invocadas por estímulos sensoriais que concomitante as reflexões que Marx faz acerca do Mercado, instigam as pessoas em procurar nossas práticas corporais não-formais afim de acalmar a ansiedade por algo que lhe desperta, talvez, curiosidade, vontade, desejo, ou simplesmente, como aponta Marx, agentes sociais na forma de infra-estrutura (matéria) que influenciam na consciência (imaginário) dos consumidores.

### 3. METODOLOGIA

Esse estudo monográfico caracteriza-se por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico onde foram feitas compilações de livros, artigos e teses que tratavam do tema. Após esse momento iniciou-se a leitura, reflexão e fichamento a partir dos autores utilizados para abordagem de conceitos como: materialismo histórico, representação, simbologia, hábito, imaginário, categorias econômicas e etc.

Trata-se também de uma pesquisa na linha histórico-filosófica porque buscou-se através de dados históricos e filosóficos compreender o corpo, a Educação Física e o modo de produção capitalista numa visão evolutiva dentro de um conjunto que concomitante auxiliam na compreensão das causas da mercadorização do corpo dentro do contexto não-formal da Educação Física.

Toda matriz teórica tem a função principal de nortear, dar um caminho, uma metodologia, ou seja, um método de compreensão para qualquer que seja o objeto analisado. Nesse contexto escolhi o pensamento marxiano expresso através do materialismo histórico por esse trazer conceitos e categorias econômicas de análise acerca da economia capitalista e que se fazem presentes principalmente em na obra “O Capital”, onde Marx faz uma crítica da economia política e das leis que regem o modo de produção capitalista. Para tanto utilizei apenas categorias as quais julguei como sendo as mais importantes para se analisar o conceito de mercadoria, alienação e fetiche nos manuscritos econômico-filosóficos de Marx

Partindo dessa abordagem foi possível compreender o corpo enquanto mercadoria, não só no contexto da força humana de trabalho, porém assumindo também uma nova roupagem, a dos ideais de corpo presentes através da cultura corporal de consumo alimentar,

etc, onde os meios de comunicação exercem papel fundamental na incursão da denominada corpolatria da modernidade.

#### 4. CONCLUSÃO

Em meio aos vários conflitos conceituais percebe-se a necessidade de maiores discussões, sobre tudo mais profundas, acerca da temática desenvolvida nesse estudo monográfico. É nessa perspectiva que, devido a limitações de tempo, apresentei apenas uma modesta intenção e partes das condições em que foram produzidos alguns tópicos a respeito do corpo mercadorizado na atual sociedade, sem optar por posicionamentos contra ou a favor esta ou aquela crença; limito-me a (re)descrever as condicionantes sócias ou acontecimentos históricos do corpo ocidental que o conduzem, dentro do processo civilizatório, a uma conotação de mercadoria e que me parecem mais relevantes.

Assim, a partir desse breve mapeamento histórico-filosófico compreendo que a “corporeidade” leva o corpo para caminhos que o tornam cada vez mais um objeto de consumo especulatório da ciência positivista e dos fundamentos morais judaico-cristãos onde, o Ideário Imagético propagado pela mídia e pela indústria cultural de consumo, transforma o corpo em capital simbólico-econômico, reforçado pelo Imaginário Social, cujo pensamento cultiva de forma persistente o corpo perfeito e dentro das perspectivas do hábito social.

É nesse âmbito que a mercadoria ou a força humana de trabalho extrapola a questão econômica, onde as funções assumidas pelo corpo passam pelo neo-higienismo, a estética e a saúde. O consumo de produtos de beleza, frequência maciça as academias, a aquisição de hábitos esportivos são fatores que levam-me a crer na possibilidade de as práticas corporais não-formais da Educação Física enquanto co-adjuvante no processo de mercadorização do corpo, colocando-o em posição de “status”.

Os meios de comunicação, notadamente a televisão, possuem na sociedade moderna um poderoso papel na atuação instituinte do Imaginário Social. Assim notamos que a

comunicação tecnológica de massa, na sua produção publicitária, é caracterizada pela utilização de um grande arsenal simbólico formado para saciar, criar e recriar sonhos e desejos, o Corpo é um elemento sempre presente pela utilização e exacerbação de sua imagem. Desta forma, o modo de produção dos sentidos e dos discursos produzidos pela utilização das imagens de corpo nas propagandas associam seus produtos a modelos ideais cujo tripé baseia-se na: saúde, beleza e juventude.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, R. S. Leão. História das Sociedades. 7º ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1989.
- BOURDIEU, P. A distinção: critérios e bases sociais do gosto. Campinas: Papyrus, 1988.
- BRACHT, Valter. Sociologia Crítica do Esporte – Uma Introdução. São Paulo: Ática, 1995.
- CORDIOLI, Marcos. Neo-Liberalismo e Educação: Uma Nova Ordem Mundial. São Paulo: Ática, 1995.
- CORREIA, A. M.; OLIVEIRA, A. B. C.; VOTRE, S. J. Representações Sociais: História das Idéias. Anais VI Congresso de E. F., Esp. e Lazer. p. 652-659, outubro de 1998.
- COSTA, L. P. Educação Física e Esportes Não-Formais. São Paulo: Ao Livro Técnico S.A., 1989.
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história de costumes. R. de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1994.
- FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. S. Paulo: Atlas, 1993.
- FEATHERSTONE, M. O Corpo na cultura de consumo. S. Paulo: Estúdio Nobel, 1993.
- \_\_\_\_\_. O curso da vida: Corpo, cultura e Imaginário Social. S. Paulo: Estúdio Nobel, 1994.
- GIDDENS, N. As conseqüências da modernidade. S. Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- JUNIOR, G. V. B. O capital simbólico de Bourdieu. ANAIS CBCE, v. II, p. 324-326, outubro de 1997.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos: Karl Marx; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni...(et al.). 4ª edição. S. Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. O Capital. 14ª edição. Vol. I. Livro 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1994.

PEDROSO, J. M. As concepções de Corporeidade no contexto da sociedade capitalista. Curitiba: UFPR – Monografia, 1994.

PROST, A. História da vida privada. S. Paulo: Cia das Letras, 1992.

SEVCENKO, N. Orfeu estático na metrópole. S. Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, P. N. Gomes. A cultura Corporal Burguesa: Seu contexto histórico e suas primeiras sistematizações pedagógicas. Anais VI Congresso Brasileiro de E.F., Esporte e Lazer, p. 517-525, outubro 1998.

SILVA, S. A. P. S. Possíveis Contribuições da Fenomenologia para os estudos históricos em Educação Física. Anais CBCE, v. II, p. 71-79, outubro de 1997.

SOARES, C. L. Educação Física – Raízes Européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_. Imagens de Retidão: Estudo do movimento e controle do Gesto. Anais VI Congresso Brasileiro de E.F., Esporte e Lazer, p. 104-109, outubro 1998.

SOUZA, E. S. de. Et VAGO, T. M. (org.). Trilhas e partilhas: Ed. Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura Ltda., 1997.

VÁZQUEZ, A. Sánchez. Filosofia da Práxis. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

UFPR, Biblioteca Central. Normas para Apresentação de Trabalhos: U.F.P.R., Biblioteca Central. 3ª edição. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.